

Relatório de Controle Interno Acompanhamento da execução do Plano de Ação 2026 – Comitê de Investimentos – 3º Trimestre de 2026

Processo IPMU/004/2026

Relatório de Controle Interno
Acompanhamento da execução do Plano de Ação 2026 – Comitê de Investimentos – 3º Trimestre de 2026

1- Introdução, Finalidade e Objetivos

O presente **Relatório de Controle Interno** tem por finalidade analisar, acompanhar e avaliar, de forma sistemática e fundamentada, a execução das ações estabelecidas no **Plano de Ação 2026 - Processo IPMU/004/2026**, relativas às atividades do **Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU**, no **terceiro trimestre de 2026, compreendido entre 1° de julho e 30 de setembro**, com ênfase na gestão dos recursos previdenciários, na governança institucional, na conformidade normativa, no gerenciamento de riscos e na efetividade dos mecanismos de controle.

Este relatório consolida, sob a perspectiva do Controle Interno, **os processos administrativos, as análises técnicas, as recomendações e as deliberações do Comitê de Investimentos nas reuniões realizadas nos meses de julho, agosto e setembro de 2026**, permitindo avaliar a regularidade dos procedimentos, a consistência das decisões e o cumprimento das atribuições institucionais do colegiado, em consonância com as diretrizes da Política Anual de Investimentos de 2026.

O **Comitê de Investimentos**, na condição de órgão colegiado de natureza técnica e consultiva, exerce função de assessoramento à gestão dos recursos previdenciários, contribuindo para a formulação, o acompanhamento e a avaliação das estratégias de investimentos, observados os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, transparência e responsabilidade na administração do patrimônio previdenciário.

No exercício de suas atribuições, o Comitê realiza o **acompanhamento periódico da carteira de investimentos**, mediante apreciação dos relatórios referentes à competência mensal anterior, contemplando a evolução patrimonial, os resultados financeiros, a rentabilidade em relação à meta atuarial, a composição e diversificação dos ativos, os indicadores de risco, a liquidez e o enquadramento das aplicações aos limites legais e às diretrizes da Política de Investimentos.

As análises e recomendações formalizadas pelo Comitê integram o fluxo institucional de governança dos investimentos, sendo posteriormente submetidas à apreciação do **Conselho Deliberativo, para aprovação**, e do **Conselho Fiscal, para ratificação**, conforme as respectivas competências regimentais e os procedimentos adotados pelo IPMU. Esse fluxo, realizado ordinariamente em reuniões subsequentes às do Comitê, favorece a segregação de responsabilidades, a rastreabilidade das decisões, a fiscalização colegiada e a transparência da gestão previdenciária.

1.1. Abrangência e metodologia de análise

A avaliação compreende as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Investimentos durante os meses de **julho, agosto e setembro de 2026**, abrangendo a execução das ações planejadas, o acompanhamento dos resultados da carteira, as condições de mercado, os indicadores de desempenho e os procedimentos de identificação, avaliação e mitigação dos riscos relacionados às aplicações financeiras.

- A análise fundamenta-se nas evidências documentais disponibilizadas, especialmente:
- Pautas, atas e registros das reuniões do Comitê de Investimentos realizadas no período;

- Processos administrativos submetidos à análise e deliberação do colegiado;
- Relatórios mensais de acompanhamento, composição e desempenho da carteira de investimentos;
- Relatórios técnicos da consultoria especializada em investimentos;
- Demonstrativos de rentabilidade, evolução patrimonial, liquidez, concentração e enquadramento;
- Painéis de monitoramento dos riscos financeiros, de mercado, crédito e liquidez;
- Estudos de gestão de ativos e passivos (*Asset Liability Management – ALM*);
- Política Anual de Investimentos de 2026 e Plano de Ação IPMU/004/2026;
- Atas e deliberações dos Conselhos Deliberativo e Fiscal relacionadas às matérias encaminhadas pelo Comitê;
- Demais pareceres técnicos, manifestações e documentos pertinentes ao período examinado.

A metodologia adotada compreende **análise documental, verificação de conformidade normativa, avaliação dos indicadores de desempenho, exame da fundamentação técnica e da rastreabilidade das deliberações, além do acompanhamento dos mecanismos de controle e gerenciamento de riscos**.

As constatações e conclusões apresentadas fundamentam-se nas evidências efetivamente examinadas, respeitadas as limitações de escopo e de disponibilidade documental, não constituindo auditoria independente nem asseguração integral sobre todas as operações financeiras realizadas.

1.2. Objetivos específicos

Constituem objetivos específicos deste Relatório de Controle Interno:

I- Acompanhamento do Plano de Ação 2026: verificar o cumprimento das atividades, metas e responsabilidades estabelecidas para o Comitê de Investimentos, identificando o estágio de execução das ações programadas, eventuais pendências e oportunidades de aprimoramento.
II- Conformidade normativa e regulatória: examinar a aderência das análises, recomendações e procedimentos de investimento às disposições da **Resolução CMN nº 5.272/2025**, da **Portaria MTP nº 1.467/2022**, da legislação previdenciária aplicável e das diretrizes estabelecidas na Política Anual de Investimentos de 2026.
III- Desempenho e gestão da carteira: avaliar a evolução patrimonial, a rentabilidade mensal e acumulada, o desempenho em relação à meta atuarial, a distribuição dos recursos por segmentos e instituições financeiras e os indicadores de liquidez, diversificação e concentração.
IV- Gestão de riscos e enquadramento: verificar os procedimentos de identificação, mensuração, monitoramento e tratamento dos riscos de mercado, crédito, liquidez, concentração e desenquadramento, com atenção às situações que demandem providências corretivas ou acompanhamento específico.
V- Governança e processo decisório: examinar a regularidade das reuniões, a participação dos membros, a fundamentação técnica das recomendações, a formalização das deliberações e a observância das competências institucionais do Comitê de Investimentos.
VI- Integração entre os órgãos colegiados: avaliar o fluxo de encaminhamento das análises e recomendações do Comitê de Investimentos ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal, verificando a documentação das aprovações e ratificações, a coerência das decisões e a rastreabilidade dos procedimentos.
VII- Gestão integrada de ativos e passivos: acompanhar a utilização dos estudos de ALM e dos instrumentos de planejamento financeiro e atuarial, verificando sua contribuição para as estratégias de alocação dos recursos, o gerenciamento da liquidez e a sustentabilidade do regime previdenciário.
VIII- Efetividade dos controles internos: avaliar a suficiência dos registros, a qualidade das informações gerenciais, a transparência dos procedimentos e os mecanismos de acompanhamento das recomendações técnicas e providências adotadas.
IX- Recomendações e melhoria contínua: identificar fragilidades, riscos residuais e oportunidades de aperfeiçoamento, propondo medidas preventivas e corretivas destinadas ao fortalecimento da governança, da conformidade regulatória e da eficiência da gestão dos investimentos previdenciários.

1.3. Diretrizes da avaliação do Controle Interno

A atuação do Controle Interno, no período analisado, orienta-se por uma abordagem **preventiva, técnica, sistemática e baseada em riscos**, voltada não apenas à verificação da regularidade formal dos procedimentos, mas também à avaliação da consistência das decisões, da qualidade dos instrumentos de monitoramento e da capacidade institucional de identificar e tratar tempestivamente situações que possam comprometer a segurança e a sustentabilidade dos recursos previdenciários.

Nesse contexto, a análise considera a **integração entre o Comitê de Investimentos, a Diretoria Executiva, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal**, reconhecendo a importância da atuação coordenada dessas instâncias para o fortalecimento da governança, a adequada segregação de responsabilidades e a efetividade dos mecanismos de fiscalização e controle.

O relatório busca, ainda, oferecer subsídios técnicos aos órgãos de gestão e fiscalização do IPMU, contribuindo para o aprimoramento dos processos decisórios, a transparência administrativa, o acompanhamento das estratégias de investimentos e o fortalecimento das práticas de governança estabelecidas no âmbito do **Programa Pró-Gestão RPPS – Nível III**.

Dessa forma, o Relatório de Controle Interno do terceiro trimestre de 2026 constitui instrumento de avaliação, acompanhamento gerencial e aperfeiçoamento institucional, destinado a verificar a execução do Plano de Ação IPMU/004/2026, a conformidade das atividades do Comitê de Investimentos e a efetividade do fluxo de governança entre os órgãos colegiados, contribuindo para a preservação do patrimônio previdenciário e para a sustentabilidade financeira e atuarial do IPMU.

2. Importância do Acompanhamento e do Controle Interno

O acompanhamento sistemático das atividades, análises técnicas e deliberações do **Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU** constitui instrumento essencial de **governança previdenciária, gestão de riscos, conformidade normativa e fortalecimento dos mecanismos de controle institucional**. Essa atividade permite avaliar a execução das ações previstas no **Plano de Ação 2026 – Processo IPMU/004/2026**, monitorar a regularidade dos procedimentos adotados e verificar a consistência técnica das decisões relacionadas à administração dos recursos previdenciários.

No âmbito do **terceiro trimestre de 2026**, a atuação do Controle Interno compreende o acompanhamento dos processos administrativos, relatórios técnicos, indicadores de desempenho e deliberações do Comitê de Investimentos, com especial atenção à fundamentação das recomendações, à rastreabilidade das decisões, à observância dos limites regulatórios e à efetividade dos instrumentos de identificação, monitoramento e mitigação dos riscos associados à carteira de investimentos.

A avaliação considera, ainda, a integração entre as instâncias de governança do IPMU, especialmente o fluxo de apreciação das matérias pelo **Comitê de Investimentos, pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal**, verificando a formalização das recomendações técnicas, os encaminhamentos para aprovação e ratificação e a documentação dos atos praticados, respeitadas as competências institucionais de cada colegiado. Esse acompanhamento contribui para a transparência, a segregação de responsabilidades, a consistência do processo decisório e o fortalecimento da fiscalização sobre a gestão dos recursos previdenciários.

Conformidade normativa e segurança dos investimentos

No exercício de suas atribuições, o Controle Interno realiza a verificação da aderência dos procedimentos e das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Investimentos às disposições da **Resolução CMN n° 5.272/2025**, da **Portaria MTP n° 1.467/2022**, da **Política Anual de Investimentos de 2026**, do **Plano de Ação IPMU/004/2026** e dos demais normativos aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

A avaliação contempla a existência, a suficiência e a consistência das evidências documentais que fundamentam as análises e recomendações do colegiado, a observância dos procedimentos de controle, o acompanhamento dos indicadores de risco e rentabilidade, o enquadramento das aplicações financeiras e a compatibilidade das estratégias de investimento com os objetivos previdenciários e atuariais do Instituto.

A **Resolução CMN n° 5.272/2025** estabelece parâmetros regulatórios relevantes para a aplicação dos recursos dos RPPS, exigindo especial atenção à elegibilidade dos ativos, aos limites de alocação e concentração, às condições de enquadramento e aos procedimentos de gestão e acompanhamento dos investimentos. Nesse contexto, o Controle Interno deve verificar não apenas a regularidade formal dos procedimentos, mas também a existência de análises técnicas que sustentem as decisões e de mecanismos adequados para o tratamento de eventuais situações de risco ou desconformidade.

Atuação preventiva, avaliação de riscos e melhoria contínua

A atuação do Controle Interno possui natureza **preventiva, avaliativa e orientativa**, pautada na identificação tempestiva de riscos, na verificação da efetividade dos controles existentes e na proposição de medidas destinadas ao aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e financeiros.

Essa abordagem busca assegurar que as decisões de investimento sejam devidamente fundamentadas, documentadas e acompanhadas, considerando os princípios de **segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, transparência, eficiência e responsabilidade na gestão dos recursos previdenciários**.

O acompanhamento também permite identificar eventuais fragilidades operacionais, inconsistências documentais, riscos de desenquadramento e necessidades de aprimoramento dos instrumentos de planejamento e monitoramento, contribuindo para a adoção de providências preventivas e corretivas pelas instâncias competentes.

No contexto da certificação institucional do **Pró-Gestão RPPS – Nível III**, a avaliação sistemática das atividades do Comitê de Investimentos contribui para o fortalecimento da estrutura de governança, a padronização dos procedimentos, a qualificação das informações gerenciais e a consolidação de práticas de controle, transparência e prestação de contas.

Relevância institucional do acompanhamento

Dessa forma, o acompanhamento realizado pelo Controle Interno transcende a verificação de conformidade documental, constituindo **instrumento estratégico de avaliação da governança e da qualidade dos processos de gestão dos investimentos previdenciários**.

Ao consolidar as atividades e deliberações do Comitê de Investimentos referentes ao terceiro trimestre de 2026, o presente relatório busca oferecer subsídios técnicos à Diretoria Executiva, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal, favorecendo o acompanhamento das recomendações, o aperfeiçoamento dos procedimentos e a tomada de decisões fundamentadas em informações consistentes e verificáveis.

3- Visão consolidada do trimestre — Análise da carteira de investimentos

Datas das reuniões e participantes – análise e parecer

O **Comitê de Investimentos** reuniu-se **três vezes no trimestre**, uma por mês, sempre na sala de reuniões da sede do IPMU. Cada reunião examinou o relatório financeiro e a carteira de investimentos da competência anterior e foi seguida, em até quatro dias, pela reunião conjunta dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.



Figura 2 – Presença nas reuniões. Fonte: atas e quadros de assinaturas.

Participante	Função na reunião	Certificações registradas nas atas	Presenças
Fernando Augusto Matsumoto	Membro – Diretor Financeiro; secretariou 23/07 e 14/08	CP RPPS CGINV I	3 de 3
Flávio Bellard Gomes	Membro	CP RPPS CGINV I	3 de 3
Lucas Gustavo Ferreira Castanho	Membro	CGRPPS; CP RPPS CGINV I e II	3 de 3
Marcelo da Cruz Lima	Membro	Anbima CPA 10; CP RPPS CGINV I e II	3 de 3
Sirleide da Silva	Membro – Presidente do IPMU	CP RPPS CGINV II e III	3 de 3
Wellington Diniz	Convidado – Gestor de Recursos / Investimentos	Anbima CPA 20; CP RPPS CGINV II	3 de 3
Antonio Marques de Oliveira	Convidado – Diretor Administrativo	CP RPPS CGINV I	3 de 3
Karen Sonoyo Yamamoto	Convidada – Diretora de Seguridade e Benefícios	CP RPPS CGINV I	1 de 3 (14/08)

R$ 692,74 mi Patrimônio em agosto/2026 (+2,8% desde junho)	**9,04%** Rentabilidade no ano × meta de 7,09% (+1,95 p.p.)	**129** itens de pauta em 3 reuniões (16 processos)	**R$ 22,18 mi** Rendimento dos 2 fundos de vértice encerrados

5 de 5 membros do Comitê presentes nas 3 reuniões	**41** deliberações numeradas, todas unânimes	**3 a 4 dias** da reunião do Comitê à aprovação/ratificação dos Conselhos	**20 + 9** achados documentais e pontos de controle

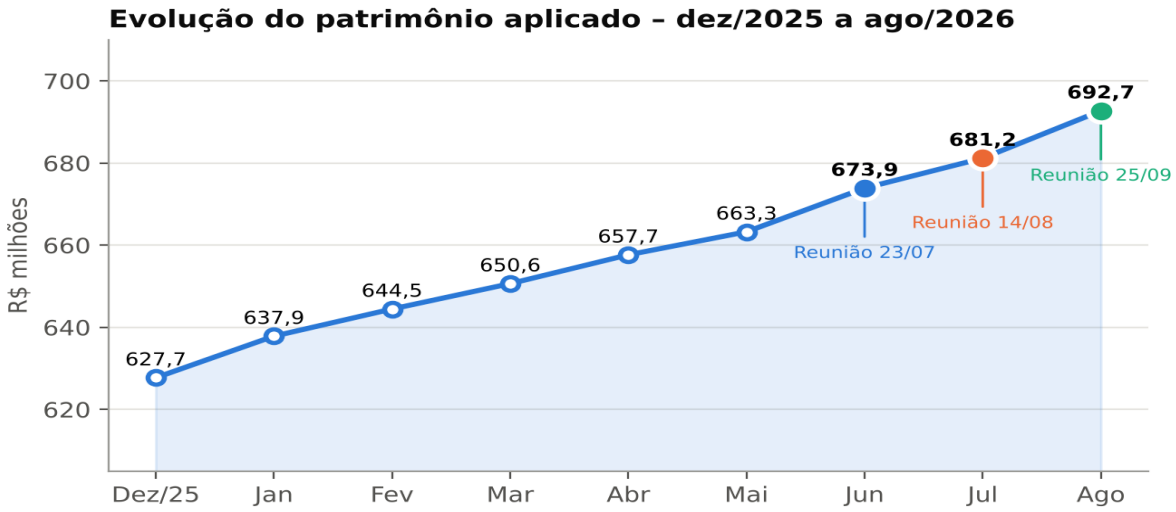
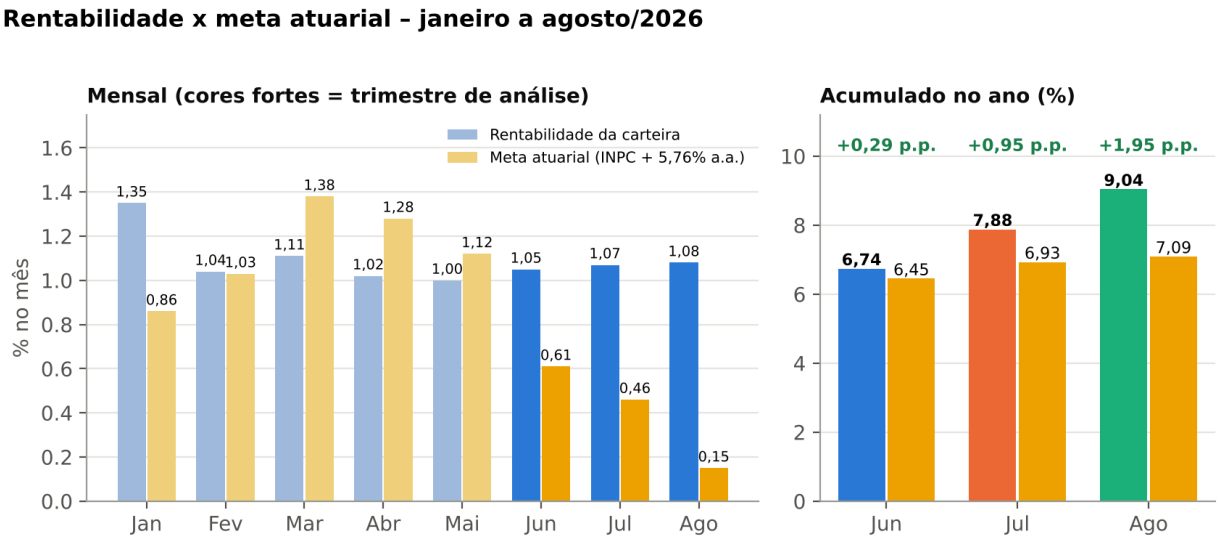
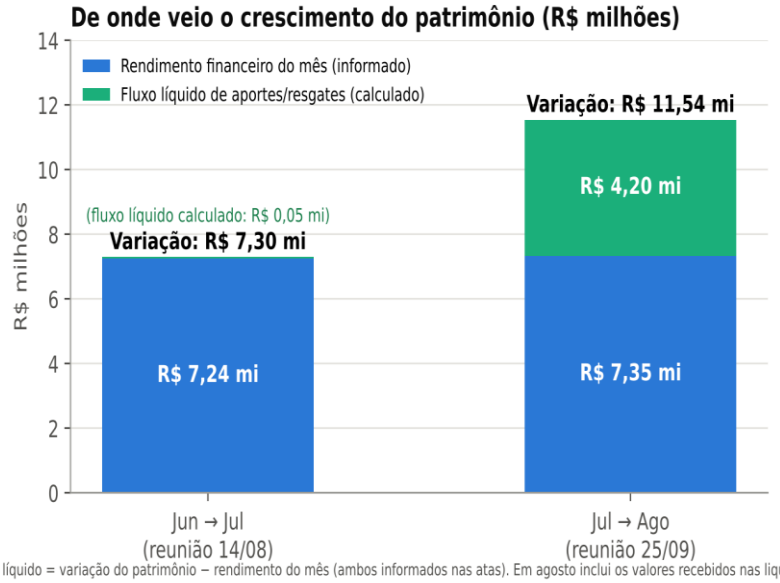


Figura 1 – Evolução do patrimônio aplicado. Fontes: relatórios do 1º semestre (dez/2025 a jun/2026) e atas de 14/08 e 25/09/2026.





Fluxo líquido = variação do patrimônio − rendimento do mês (ambos informados nas atas). Em agosto inclui os valores recebidos nas liquidações dos vértices e demais entradas.

Evolução patrimonial e desempenho financeiro

A análise consolidada dos indicadores financeiros e de risco, apresentados nas reuniões do Comitê de Investimentos realizadas no terceiro trimestre de 2026, evidencia a evolução positiva do patrimônio previdenciário, a superação sistemática da meta atuarial e o fortalecimento das condições de liquidez da carteira de investimentos do IPMU.

Entre junho e agosto de 2026, o patrimônio aplicado passou de R$ 673.905.246,65 para R$ 692.741.081,39, representando um crescimento nominal de R$ 18.835.834,74 (+2,80%).

A variação patrimonial observada decorreu de dois componentes principais:

- Resultado financeiro dos investimentos: R$ 14.588.834,74, correspondente aos rendimentos apurados em julho e agosto, representando aproximadamente 77,45% da evolução patrimonial.
- Fluxo líquido estimado de recursos: R$ 4.247.000,00, correspondente à diferença entre a variação patrimonial e os rendimentos informados, equivalente a 22,55% do crescimento observado. Desse montante, R$ 4.195.000,00 referem-se a agosto.
- Destaca-se que o resultado positivo foi acompanhado pelo desempenho superior à meta atuarial nos três meses analisados. A rentabilidade acumulada no exercício evoluiu de 6,74% em junho para 9,04% em agosto, enquanto a meta atuarial acumulada passou de 6,45% para 7,09%.
- Consequentemente, a margem de superação da meta ampliou-se de 0,29 para 1,95 ponto percentual, demonstrando o desempenho favorável dos investimentos em relação ao parâmetro de rentabilidade estabelecido para o exercício.

Quadro comparativo dos indicadores financeiros, patrimoniais e de risco

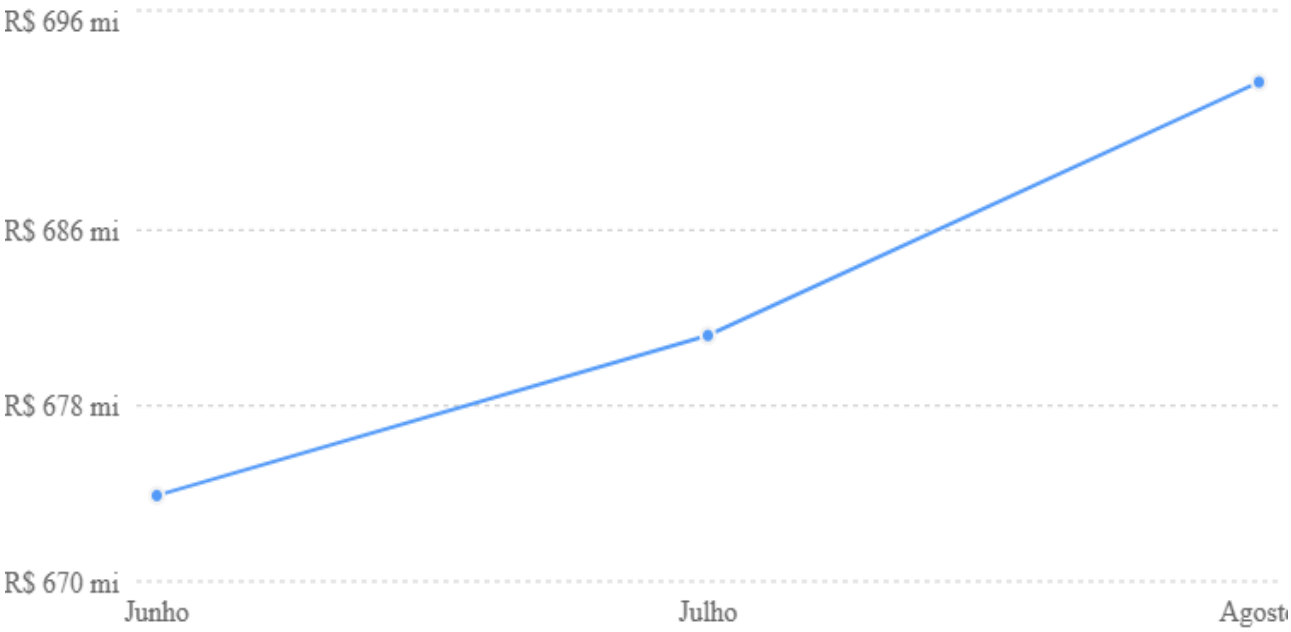
Indicador	Junho/2026	Julho/2026	Agosto/2026
Patrimônio da carteira (R$ milhões)	673,91	681,20	692,74
Variação patrimonial mensal (R$ milhões)	–	+7,30	+11,54
Rentabilidade mensal	1,05%	1,07%	1,08%
Meta atuarial mensal	0,61%	0,46%	0,15%
Superação mensal da meta (p.p.)	+0,44	+0,61	+0,93
Rentabilidade acumulada no ano	6,74%	7,88%	9,04%
Meta atuarial acumulada	6,45%	6,93%	7,09%
Superação acumulada (p.p.)	+0,29	+0,95	+1,95
Retorno financeiro mensal (R$ milhões)	7,00	7,24	7,35
Fluxo líquido estimado (R$ milhões)	–	+0,05	+4,20

Evolução da composição, liquidez e indicadores de risco

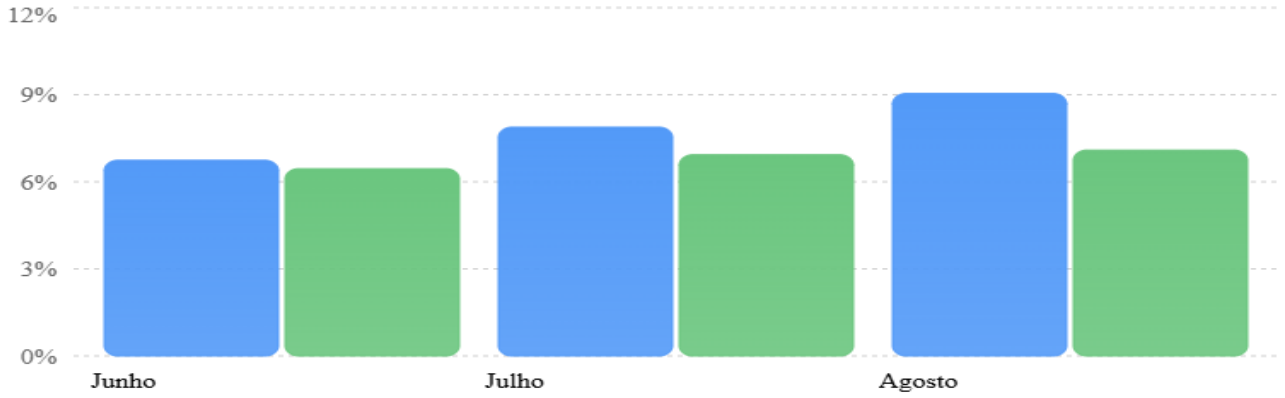
Indicador	Junho/2026	Julho/2026	Agosto/2026
Fundos referenciados ao CDI/DI	80,69%	80,81%	95,78%
Fundos de vértice	16,76%	16,76%*	1,81%
Renda variável	2,03%	1,95%	1,88%
Investimentos no exterior	0,52%	0,51%	0,53%
Liquidez em até 30 dias	93,33%	83,27%	98,19%
Quantidade de fundos	11	10	10
VaR em 12 meses	2,04%	2,00%	1,91%
Volatilidade em 12 meses	0,72%	0,70%	0,65%
Índice de Sharpe mensal	-2,19	-3,83	-0,67
Índice de Sharpe em 12 meses	-0,11	-0,23	-0,32

Análise técnica dos principais resultados

Valores em milhões de reais, junho a agosto de 2026. A carteira apresentou crescimento patrimonial contínuo no período analisado, com destaque para agosto, quando foi registrada a maior variação mensal, de R$ 11,54 milhões. O resultado reflete tanto a geração de rendimentos quanto o ingresso líquido estimado de recursos.



Cumprimento da meta atuarial. Rentabilidade acumulada × Meta atuarial. Percentuais acumulados no exercício de 2026



O desempenho dos investimentos permaneceu superior à meta atuarial em todos os meses, com ampliação progressiva da margem positiva acumulada. Esse comportamento constitui indicador favorável de desempenho, embora o cumprimento da meta em períodos específicos não assegure, isoladamente, a sustentabilidade atuarial de longo prazo.

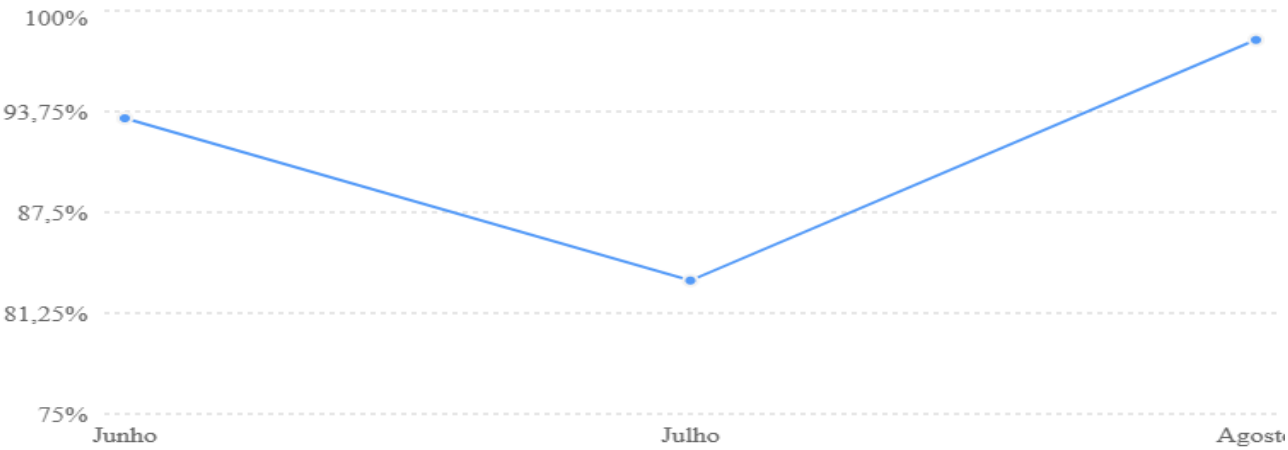
Reestruturação da composição da carteira

A principal alteração estrutural ocorreu em agosto, com a expressiva elevação da participação dos fundos referenciados ao CDI/DI, de 80,81% para 95,78%, acompanhada da redução dos fundos de vértice, de aproximadamente 16,76% para 1,81%.

Essa movimentação está associada à destinação dos recursos provenientes do vencimento dos fundos de vértice, conforme deliberação examinada pelo Comitê de Investimentos na reunião de 14/08/2026.

Sob a perspectiva gerencial, a decisão favoreceu a liquidez e a menor exposição à volatilidade de mercado. Entretanto, a maior concentração em estratégias vinculadas ao CDI exige acompanhamento dos riscos de concentração por instituição, fundo e indexador, além da adequação da carteira aos objetivos de longo prazo do regime previdenciário.

Liquidez e exposição a riscos. Evolução da liquidez em até 30 dias. Percentual da carteira com disponibilidade de resgate



A liquidez da carteira apresentou recuperação expressiva em agosto, atingindo 98,19% dos recursos com possibilidade de resgate em até 30 dias, frente a 83,27% em julho.

Paralelamente, verificou-se redução dos indicadores de risco, com o VaR em 12 meses passando de 2,04% para 1,91% e a volatilidade de 0,72% para 0,65%.

Apesar da melhora desses indicadores, os índices de Sharpe permaneceram negativos, inclusive na avaliação de 12 meses, recomendando análise complementar da relação entre retorno e risco, conforme a metodologia e a taxa livre de risco utilizadas.

A avaliação consolidada dos indicadores apresentados nas reuniões do Comitê de Investimentos realizadas em julho, agosto e setembro de 2026 permite concluir que a gestão da carteira previdenciária do IPMU apresentou resultados patrimoniais e financeiros favoráveis, superação da meta atuarial e melhoria dos indicadores de liquidez e risco, especialmente após a reestruturação da composição dos investimentos ocorrida em agosto.

O crescimento patrimonial de R$ 18,84 milhões entre junho e agosto, associado à rentabilidade acumulada de 9,04% no exercício, superior à meta atuarial de 7,09%, demonstra desempenho positivo no período examinado.

Sob a ótica do Controle Interno, destacam-se como aspectos relevantes a regularidade do acompanhamento mensal dos investimentos, a análise dos indicadores de desempenho, a avaliação das condições de liquidez e a apreciação das decisões de realocação dos recursos pelo Comitê.

Entretanto, a elevada participação dos fundos referenciados ao CDI/DI, que alcançou 95,78% da carteira em agosto, recomenda atenção especial à concentração por indexador e à necessidade de diversificação compatível com o perfil das obrigações previdenciárias.

Parecer técnico: Considerando os indicadores apresentados, avalia-se como favorável o desempenho financeiro e patrimonial da carteira no período analisado, ressalvada a necessidade de monitoramento contínuo dos riscos de concentração, da adequação das estratégias de investimento, do enquadramento normativo e da compatibilidade entre ativos e passivos previdenciários.

Recomenda-se, adicionalmente, a manutenção de análises periódicas pelo Comitê de Investimentos, com registro das fundamentações técnicas das decisões e acompanhamento de seus efeitos sobre a rentabilidade, a liquidez e os riscos da carteira, em observância à Política de Investimentos e às disposições regulamentares aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social.

Reunião de 23/07/2026 (9h) – Competência Junho/2026

R$ 673,91 mi	1,05%	6,74%	93,33%
patrimônio (jun/26)	rentabilidade no mês × meta 0,61%	acumulado no ano × meta 6,45%	com resgate em até 30 dias

Competência dos investimentos analisados: junho de 2026.
Participantes: Fernando Augusto Matsumoto, Flávio Bellard Gomes, Lucas Gustavo Ferreira Castanho, Marcelo da Cruz Lima e Sirleide da Silva, na condição de membros do Comitê de Investimentos. Participaram, ainda, Wellington Diniz, Gestor de Recursos, e Antonio Marques de Oliveira, Diretor Administrativo.
Matérias apreciadas e deliberações
A reunião contemplou a apreciação de **51 itens de pauta, vinculados a 11 processos administrativos**, abrangendo o acompanhamento da carteira de investimentos, a avaliação de alternativas de alocação, os estudos de mercado e a execução das ações previstas nos instrumentos de planejamento institucional.

Destacam-se as seguintes matérias:

- Acompanhamento financeiro e patrimonial: análise do relatório financeiro e da carteira de investimentos referente a junho de 2026, incluindo desempenho, rentabilidade, composição dos ativos, enquadramento e aderência à Política Anual de Investimentos.
- Estudos comparativos de fundos de investimentos: exame de alternativas disponibilizadas pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Bradesco, considerando os horizontes de 6, 12, 36 e 60 meses. No âmbito do processo IPMU/019/2026, foram apreciados 24 itens, compreendendo 14 análises de fundos e 10 relatórios técnicos elaborados pela Consultoria Financeira, pelo Gestor de Recursos e pelo Assessor Previdenciário.
- Estudos de títulos públicos federais: avaliação das taxas de negociação dos títulos do Tesouro Nacional, especialmente das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), indexadas ao IPCA, considerando as condições de mercado, os prazos de vencimento e a compatibilidade com os compromissos previdenciários.
- Gestão integrada de ativos e passivos: apreciação e aprovação do Plano de Ação decorrente do estudo de *Asset Liability Management* (ALM), visando ao alinhamento das estratégias de investimentos às necessidades de liquidez e às obrigações financeiras e atuariais do Instituto.

No conjunto das matérias apreciadas, foram registradas **16 deliberações unânimes**, evidenciando convergência entre os membros quanto aos encaminhamentos técnicos e às estratégias submetidas à apreciação do colegiado.

Cenário macroeconômico apresentado
Global. Cautela dos mercados, com pressões inflacionárias e juros restritivos. Nos EUA, o payroll criou 57 mil vagas, o desemprego recuou a 4,2% e o Federal Reserve manteve a taxa em 3,50%–3,75% a.a. Na Zona do Euro, a inflação cedeu de 3,2% para 2,8% e o BCE elevou a taxa de depósitos em 0,25 p.p., para 2,25%. Na China, o PMI industrial cresceu pelo sétimo mês seguido. Com a sinalização de cessar-fogo entre EUA, Irã e Israel, o petróleo recuou cerca de 20% no mês.

Brasil. IPCA de 0,16% no mês (4,64% em 12 meses); o Copom reduziu a Selic em 0,25 p.p., para **14,25% a.a.**; a desocupação caiu para 5,6%; o dólar fechou a R$ 5,16 (+2,32%); o Ibovespa recuou pelo quarto mês consecutivo, com saída líquida de capital estrangeiro; as contas públicas registraram déficit primário e a dívida bruta subiu.

Carteira de investimentos
A carteira totalizou **R$ 673.905.246,65**, distribuída em seis instituições. A estratégia segue concentrada em renda fixa e em fundos referenciados ao CDI (**80,69%, R$ 543,77 mi**), com fundos de vértice (2026 e 2027) em **16,76% (R$ 112,95 mi)**, renda variável em 2,03% (R$ 13,70 mi) e exterior em 0,52% (R$ 3,48 mi). Não há exposição a fundos estruturados, imobiliários ou consignados. A rentabilidade de **1,05%**

superou a meta mensal de 0,61%, e o acumulado de **6,74%** ficou acima da meta de 6,45%. O retorno financeiro foi de **R$ 6.999.802,46** no mês e **R$ 42.499.381,97** no ano.

Item	Informação (conforme a ata)
Instituições (% do patrimônio)	Caixa 32,13% · Banco do Brasil 24,03% · Bradesco 19,01% · Itaú 13,15% · Santander 9,84% · BTG Pactual 1,85%
Fundos	11 (8 com liquidez e 3 com carência)
Segmentos	Renda fixa R$ 656.722.226,72 (97,45%) · renda variável R$ 13.699.473,09 (2,03%) · exterior R$ 3.483.546,84 (0,52%)
Art. 7º, I / demais RF	73,50% (R$ 495,82 mi) / 23,88% (R$ 160,90 mi)
Maior posição	BB RF Ref. DI Títulos Públicos – R$ 161.941.444,23 (24,03%)
Menor posição	Santander RF TP Ref. Premium – Taxa de Administração – R$ 2.990.253,28 (ata: 0,48%; calculado: 0,44%)
Liquidez	93,33% (R$ 628,95 mi) com resgate em até 30 dias
Movimentações / encerramentos	Sem encerramento integral de fundos; movimentações informadas aos membros

Enquadramento e risco
A carteira foi considerada enquadrada na Resolução CMN nº 5.272/2025 e na Política de Investimentos. O fundo BB RF Referenciado DI Títulos Públicos (24,03%) excede o limite de 20% do art. 18, mas é admitido por ser composto exclusivamente por títulos públicos; os limites dos arts. 19, 20 (Caixa Asset 0,01843% e BB Asset 0,00674% do volume gerido) e 21 foram considerados atendidos. Indicadores de risco: **VaR** de 0,59% no mês e 2,04% em 12 meses; **volatilidade** de 0,13% e 0,72%; **drawdown** de 0,03% e 0,12%; **Sharpe** de −2,19 (mês) e −0,11 (12 meses); **Treynor** de −0,34 e −0,03. O Sharpe negativo indica retorno inferior ao ativo livre de risco no curto prazo, embora acima da meta atuarial.
Cotas negativas. O fundo Caixa Multigestor Global Equities (exterior, R$ 3,48 mi, 0,52%) segue negativo no exercício, e o Caixa FI Ações Small Caps Ativos (R$ 13,70 mi, 2,03%) segue abaixo do valor de aquisição no histórico. O Comitê deliberou manter as posições, com monitoramento contínuo.

Estudos e análises técnicas (processo IPMU/019/2026)
O Comitê analisou o estudo comparativo elaborado pelo Gestor de Recursos e pela Consultoria Financeira para **14 fundos** (3 da Caixa, 5 do Banco do Brasil e 6 do Bradesco) e **10 relatórios técnicos**, em horizontes de 6, 12, 36 e 60 meses, considerando rentabilidade, volatilidade, benchmark, liquidez, taxa de administração e sensibilidade à Selic e à marcação a mercado. O Gestor apresentou também a evolução das taxas das **NTN-B**: máximas históricas próximas de 8,81% (2030), 8,24% (2035) e 7,93% (2040) em junho de 2026, que abrem oportunidade para taxas reais elevadas em compras para carregamento até o vencimento.

Foi analisado ainda o **Plano de Ação do ALM** (Consultoria LEMA), alinhado à Resolução CMN nº 5.272/2025, à Portaria MTP nº 1.467/2022, à Lei nº 9.717/1998, à Lei Municipal nº 4.652/2024 e ao Pró-Gestão RPPS. Ele propõe evoluir gradualmente da carteira concentrada em pós-fixados (CDI) para maior participação de títulos federais indexados ao IPCA, com mais diversificação e monitoramento.

Análise técnica do Controle Interno
A reunião de 23/07/2026 destacou-se pela **expressiva concentração de estudos técnicos e comparativos de investimentos**, representando, no trimestre, a maior carga de análises relacionadas à avaliação de fundos e às alternativas de alocação dos recursos previdenciários.
O desempenho da carteira referente a junho de 2026 apresentou **rentabilidade de 1,05%, superior à meta de 0,61%**, correspondendo a uma diferença positiva de **0,44 ponto percentual**, conforme os indicadores apresentados para apreciação do Comitê.
A análise das estratégias de investimentos evidenciou a manutenção de uma **postura predominantemente conservadora**, orientada à preservação do capital, à previsibilidade dos fluxos financeiros, à segurança das aplicações e à compatibilidade entre os ativos e as obrigações previdenciárias.

Merece destaque o estudo das taxas dos títulos públicos federais indexados à inflação, particularmente das NTN-B, considerando sua relevância para estratégias de proteção do poder aquisitivo dos recursos e de compatibilização com os compromissos atuariais do RPPS.
Nesse contexto, o Comitê manifestou preferência técnica pela **aquisição direta de títulos públicos federais indexados ao IPCA**, condicionando eventual operação à realização de estudos prévios de viabilidade, análise das taxas de mercado, avaliação dos riscos e verificação da compatibilidade dos vencimentos com o fluxo de obrigações previdenciárias.
A aprovação do **Plano de Ação do ALM** constituiu medida relevante para o aperfeiçoamento do planejamento estratégico dos investimentos, ao estabelecer diretrizes para a integração entre a gestão da carteira e as projeções de receitas, despesas e compromissos previdenciários.
Sob a perspectiva do Controle Interno, a utilização conjunta dos relatórios da consultoria especializada, das manifestações do Gestor de Recursos e dos estudos do Assessor Previdenciário contribui para a consistência técnica das recomendações e para a rastreabilidade do processo decisório.
Entretanto, ressalta-se que a unanimidade das deliberações, embora demonstre convergência entre os participantes, **não substitui a necessidade de fundamentação técnica individualizada, documentação de suporte e monitoramento posterior da execução das decisões**.

Avaliação da governança e dos controles
A reunião apresentou os seguintes aspectos relevantes para a avaliação do Controle Interno:

- Regularidade e participação: presença dos cinco membros relacionados, caracterizando participação integral do colegiado, conforme os registros informados.
- Fundamentação técnica: utilização de estudos comparativos, relatórios especializados e análises de mercado como elementos de suporte às recomendações.
- Conformidade com o planejamento: apreciação de matérias relacionadas à Política Anual de Investimentos de 2026 e às ações de planejamento financeiro e atuarial.
- Gestão de riscos: manutenção de estratégia conservadora, com atenção aos riscos de mercado, liquidez, concentração e compatibilidade dos investimentos com os compromissos previdenciários.
- Planejamento estratégico: aprovação do Plano de Ação do ALM, fortalecendo a integração entre as decisões de investimento e as necessidades atuariais do Instituto.

Como medida de aperfeiçoamento, recomenda-se assegurar a **conferência e a padronização dos valores, percentuais, indicadores e registros constantes das atas e dos demonstrativos técnicos**, promovendo eventuais correções de redação e inconsistências identificadas, de modo a preservar a integridade, a precisão e a confiabilidade das informações institucionais.
Recomenda-se, ainda, acompanhar a implementação do Plano de Ação do ALM e registrar, nos processos correspondentes, os estudos prévios que fundamentem eventuais operações de aquisição direta de títulos públicos.

Parecer do Controle Interno
Classificação: REGULAR, com recomendações de aperfeiçoamento documental.
Com base nas informações e evidências documentais descritas, a reunião de 23 de julho de 2026 apresentou **participação integral dos membros, apreciação de matérias compatíveis com as atribuições do Comitê de Investimentos, utilização de subsídios técnicos e registro de 16 deliberações unânimes**.
Destacam-se positivamente a amplitude dos estudos comparativos de fundos, a avaliação das oportunidades de investimento em títulos públicos federais e a aprovação do Plano de Ação do ALM, medidas que contribuem para o planejamento, a gestão de riscos e o aprimoramento das estratégias de aplicação dos recursos previdenciários.
O Controle Interno manifesta parecer favorável quanto à regularidade documental e procedimental das atividades examinadas, ressalvada a necessidade de conferência e eventual retificação dos valores e registros identificados, bem como do acompanhamento das providências decorrentes das deliberações.
Conclui-se que a reunião contribuiu para o cumprimento das ações de acompanhamento e planejamento dos investimentos previstas para o período, com destaque para a fundamentação técnica das decisões, a preservação do perfil conservador da carteira e o fortalecimento da integração entre a gestão dos investimentos e o planejamento atuarial do IPMU.

Reunião de 14/08/2026 (9h) – Competência Julho/2026

R$ 681,20 mi	1,07%	7,88%	R$ 101,12 mi
patrimônio (jul/26)	rentabilidade no mês × meta 0,46%	acumulado no ano × meta 6,93%	em vértices a vencer (14,84% da carteira)

Competência dos investimentos analisados: julho de 2026.
Participantes: Fernando Augusto Matsumoto, Flávio Bellard Gomes, Lucas Gustavo Ferreira Castanho, Marcelo da Cruz Lima e Sirleide da Silva, membros do Comitê de Investimentos. Participaram, ainda, Wellington Diniz, Gestor de Recursos; Antonio Marques de Oliveira, Diretor Administrativo; e Karen Sonoyo Yamamoto, Diretora de Seguridade e Benefícios.

Matérias apreciadas e deliberações

- A reunião compreendeu a análise de **27 itens de pauta, vinculados a 12 processos administrativos**, abrangendo o acompanhamento da carteira de investimentos, estudos preliminares de fundos, situações de desenquadramento passivo, avaliação das taxas de títulos públicos e definição da destinação dos recursos provenientes do vencimento de dois fundos de vértice.
- Destacam-se as seguintes matérias:
- **Acompanhamento financeiro e patrimonial:** apreciação do relatório financeiro e da carteira de investimentos referente a julho de 2026, contemplando desempenho, evolução patrimonial, rentabilidade, composição dos ativos e enquadramento regulatório.
- **Estudos preliminares de fundos:** apresentação de quatro alternativas de investimentos — Itaú Soberano Renda Fixa Simples, Itaú High Grade, Itaú Legend e BTG Pactual Synergy — com caráter informativo e finalidade de subsidiar análises técnicas posteriores.
- **Monitoramento de desenquadramentos passivos:** avaliação de duas situações de desenquadramento, considerando as condições regulatórias, os fatores que lhes deram origem e a necessidade de acompanhamento das providências pertinentes.
- **Estudos de títulos públicos federais:** atualização das taxas das NTN-B, com avaliação das condições de mercado e das possibilidades de alocação em títulos indexados à inflação.
- **Vencimento de fundos de vértice:** apreciação da destinação dos recursos provenientes do vencimento de dois fundos, no montante informado de **R$ 101,12 milhões, equivalente a aproximadamente 14,84% da carteira**, com análise das alternativas de reinvestimento, liquidez e preservação patrimonial.
- Foram registradas **15 deliberações numeradas**, além da decisão específica referente à destinação dos recursos dos fundos de vértice.
- O Comitê deliberou pela manutenção dos valores nas respectivas instituições financeiras, mediante realocação em **fundos referenciados DI já integrantes da carteira de investimentos do IPMU**, privilegiando a liquidez e a continuidade da estratégia de alocação conservadora.

Cenário macroeconômico apresentado
Global. Economia dos EUA em expansão com sinais de desaceleração: desemprego de 4,1%, inflação PCE de 3,7% e juros mantidos em 3,50%–3,75% a.a. Na Zona do Euro, a inflação foi de 2,9% e o PMI composto atingiu o maior nível em oito meses; o BCE manteve a taxa de depósito em 2,25%. Na China, o PMI industrial recuou. Persistem os riscos no Estreito de Ormuz.

Brasil. PMI em 48,8 pontos (contração), confiança do consumidor em queda pelo terceiro mês, desocupação de 5,4% (menor da série), IPCA de 0,07% no mês (4,44% em 12 meses), **Selic em 14,00% a.a.**, dívida bruta em 81,9% do PIB, Investimento Direto no País de US$ 9,1 bilhões em junho (US$ 89,3 bilhões em 12 meses), dólar a R$ 5,08 (−1,68%) e retorno do fluxo estrangeiro à B3, com recuperação do Ibovespa.

Resultado financeiro
Arrecadação orçamentária de **R$ 6.459.244,52** no mês (R$ 52.171.995,17 no ano) e despesas liquidadas e pagas de **R$ 5.746.056,08** (R$ 43.051.687,97 no ano), com superávit financeiro acumulado de R$ 9.113.074,49 (calculado a partir dos acumulados: R$ 9.120.307,20; ver A9). A arrecadação acumulada de **compensação previdenciária** foi de R$ 7.737.647,57, superando a previsão anual de R$ 2,205 milhões em **351%**.

Carteira de investimentos
A carteira totalizou **R$ 681.200.773,49** (+R$ 7,30 milhões sobre junho). Fundos referenciados ao CDI: **80,81% (R$ 550,48 mi)**; vértices 2026/2027: 16,76% informado (R$ 113,97 mi; **16,73% calculado**); renda variável 1,95% (R$ 13,28 mi); exterior 0,51% (R$ 3,47 mi). A rentabilidade foi de **1,07%** (meta 0,46%) e a acumulada de **7,88%** (meta 6,93%). Retorno financeiro do mês: **R$ 7.243.526,84**. A ata informa o resultado acumulado de R$ 57.088.216,69, valor que equivale ao acumulado até agosto (calculado para julho: R$ 49.742.908,81 – ver A6).

Item	Informação (conforme a ata)
Instituições (% do patrimônio)	Caixa 32,05% · Banco do Brasil 24,06% · Bradesco 19,01% · Itaú 13,17% · Santander 9,86% · BTG Pactual 1,85%
Fundos	10 (9 com liquidez e 1 com carência) – ver A8
Segmentos	Renda fixa R$ 664.451.070,08 (97,54%) · renda variável R$ 13.275.560,81 (1,95%) · exterior R$ 3.474.142,60 (0,51%)
Enquadramento	Art. 7º, I 73,63% (R$ 501,54 mi) · art. 7º, V 23,92% (R$ 162,91 mi) · art. 8º, I 1,95% · art. 9º, II 0,51%
Maior posição	BB RF Ref. DI Títulos Públicos – R$ 163.902.731,39 (24,06%)
Menor posição	Santander RF TP Ref. Premium – Taxa de Administração – R$ 2.985.826,08 (0,44%)
Liquidez	83,27% com resgate em até 30 dias (os vértices só vencem em 18/08)
Desenquadramentos passivos	Caixa Small Caps Ativo FI Ações; Itaú Institucional FI Referenciado DI (debêntures da Raízen)

Enquadramento e risco
Risco: VaR de 0,58% no mês e 2,00% em 12 meses; volatilidade de 0,13% e 0,70%; drawdown de 0,00% e 0,12%; Sharpe de **−3,83** (mês) e −0,23 (12 meses); Treynor de −0,81 e −0,06. A exposição a ações (1,95%) ficou **abaixo do mínimo de 2,00%** da Política Anual de Investimentos.

Desenquadramentos passivos (dois pontos de atenção). (i) **Caixa Small Caps Ativo FI Ações**: a participação de RPPS no patrimônio do fundo ultrapassa 50%, e o fundo está impedido de receber novos aportes; (ii) **Itaú Institucional FI Referenciado DI**: exposição aproximada de **0,92%** a debêntures da **Raízen**, rebaixadas em suas classificações de risco, o que afeta a elegibilidade para RPPS. Como o desenquadramento é passivo, não houve necessidade de resgate imediato; o Comitê apontou o **Itaú Soberano Renda Fixa Simples** (passivo, CDI, sem crédito privado) como alternativa. Os fundos Caixa Multigestor Global Equities (exterior) e Caixa Small Caps seguem com cota negativa no exercício; foi mantida a posição.

NTN-B e análise de fundos
Foram apresentadas as taxas indicativas das **NTN-B** para os vencimentos de 2026 a 2060, com taxas reais elevadas e potencial de superar a meta atuarial; o Comitê ressaltou que a decisão deve observar fluxo atuarial, liquidez, prazo e contabilização, e discutiu a aquisição direta dentro da estratégia do ALM.

Quatro fundos tiveram apresentação **preliminar e informativa**: Itaú Soberano Renda Fixa Simples, Itaú High Grade Renda Fixa Crédito Privado, Itaú Institucional Legend Renda Fixa e BTG Pactual Synergy Long Only FIA. Ficou consignado que a apresentação não implica autorização de aplicação e que os relatórios do Gestor seriam incluídos na pauta de setembro.

Vencimento dos fundos de vértice

Vencimento em 15/08/2026, com recursos disponíveis a partir de **18/08/2026**: **Caixa Brasil 2026 X TP RF RL** (processo IPMU/049/2022) – saldo bruto de 31/07 de **R$ 45.343.179,43**; **Bradesco FI RF Estratégia XXVI RL** (processo IPMU/130/2024) – **R$ 55.776.869,00**. Total: **R$ 101.120.048,43 (14,84% da carteira)**. O Comitê deliberou direcionar os recursos para **fundos de renda fixa referenciados ao DI já integrantes da carteira**, nas mesmas instituições, com as respectivas APRs, verificação de enquadramento e limites de concentração. Justificativas: Selic em 14,00%, segurança e liquidez, fundos já conhecidos e acompanhados, e flexibilidade para futuras aquisições de NTN-B ou novos vértices.

Análise técnica do Controle Interno

Embora tenha apresentado quantidade inferior de itens em comparação às demais reuniões do trimestre, a reunião de 14/08/2026 destacou-se pela **relevância financeira e estratégica das decisões**, especialmente quanto à destinação dos recursos provenientes do vencimento dos dois fundos de vértice. O montante de R$ 101,12 milhões representava parcela expressiva do patrimônio previdenciário, tornando necessária a avaliação criteriosa das alternativas de reinvestimento, dos impactos sobre a composição da carteira e dos riscos decorrentes da concentração de recursos.

A opção pela manutenção dos valores nas instituições financeiras de origem, com realocação em fundos DI existentes, mostrou-se **tecnicamente compatível com uma estratégia conservadora de curto prazo**, considerando o cenário de taxa Selic de 14,00% ao ano, a liquidez dos instrumentos selecionados e a possibilidade de preservação da disponibilidade dos recursos para futuras decisões de alocação.

Sob a perspectiva da gestão de riscos, a decisão apresentou aspectos favoráveis relacionados à liquidez, à simplicidade operacional e à redução da exposição imediata à volatilidade de mercado.

Entretanto, a manutenção dos recursos nas mesmas instituições financeiras exige **monitoramento específico do risco de concentração por instituição, fundo e conglomerado financeiro**, especialmente diante da materialidade dos valores envolvidos.

O Controle Interno ressalta que a adequação da decisão deve ser avaliada não apenas pela rentabilidade esperada e pela liquidez dos fundos de destino, mas também pela observância dos limites de concentração, pela diversificação da carteira e pela compatibilidade com as diretrizes da Política Anual de Investimentos de 2026.

Quanto aos quatro fundos apresentados preliminarmente, a ata registrou expressamente o **caráter informativo dos estudos**, estabelecendo que os relatórios técnicos do Gestor de Recursos seriam submetidos à apreciação na reunião de setembro. O encaminhamento foi cumprido em 25/09/2026, demonstrando continuidade do acompanhamento e observância da sequência de análise estabelecida pelo colegiado.

A apreciação dos dois desenquadramentos passivos também constitui aspecto relevante para a atuação do Controle Interno, demandando registro das causas, dos riscos associados, dos prazos regulatórios eventualmente aplicáveis e das providências de acompanhamento ou regularização.

Avaliação da governança e dos controles

A análise evidencia os seguintes aspectos:

- **Regularidade das reuniões:** participação integral dos cinco membros do Comitê, com acompanhamento do Gestor de Recursos e de representantes da Diretoria Executiva.
- **Materialidade financeira:** deliberação sobre a destinação de aproximadamente R$ 101,12 milhões, correspondente a parcela significativa da carteira.
- **Gestão de liquidez:** priorização de fundos DI, preservando a disponibilidade dos recursos para futuras estratégias de alocação.
- **Gestão de concentração:** necessidade de acompanhamento dos efeitos da realocação sobre a distribuição dos recursos entre instituições financeiras e fundos.
- **Continuidade dos estudos:** encaminhamento formal das análises preliminares de fundos para aprofundamento técnico na reunião subsequente.
- **Conformidade regulatória:** acompanhamento das situações de desenquadramento passivo e dos respectivos procedimentos de tratamento.

Parecer do Controle Interno
Classificação: REGULAR, com recomendações de monitoramento dos riscos de concentração.
A reunião de 14 de agosto de 2026 apresentou participação integral dos membros do Comitê, apreciação de matérias pertinentes às suas atribuições e deliberações unânimes, fundamentadas nos estudos e nas informações técnicas submetidas ao colegiado.
Destaca-se a decisão relativa à destinação dos recursos provenientes do vencimento dos dois fundos de vértice, considerada compatível com a estratégia conservadora de investimentos e com a preservação da liquidez, ressalvada a necessidade de avaliação contínua dos impactos sobre a concentração da carteira.
O Controle Interno manifesta parecer favorável quanto à regularidade dos procedimentos examinados, com o acompanhamento das situações de desenquadramento e concentração.
Conclui-se que a reunião contribuiu para a continuidade da gestão prudencial dos recursos previdenciários, devendo as recomendações apontadas ser acompanhadas pelas instâncias competentes, de forma a assegurar a rastreabilidade das decisões e a confiabilidade das informações utilizadas na prestação de contas.

Reunião de 25/09/2026 (10h) – Competência Agosto/2026

R$ 692,74 mi	1,08%	9,04%	95,78%
patrimônio (ago/26)	rentabilidade no mês × meta 0,15%	acumulado no ano × meta 7,09%	em fundos CDI/DI após os vencimentos

Competência dos investimentos analisados: agosto de 2026.
Participantes: Fernando Augusto Matsumoto, Flávio Bellard Gomes, Lucas Gustavo Ferreira Castanho, Marcelo da Cruz Lima e Sirleide da Silva, membros do Comitê de Investimentos. Participaram, ainda, Wellington Diniz, Gestor de Recursos, e Antonio Marques de Oliveira, Diretor Administrativo.

Matérias apreciadas e deliberações

- A reunião contemplou **51 itens de pauta, distribuídos em 14 processos administrativos**, constituindo a reunião de maior abrangência de processos distintos no terceiro trimestre de 2026.
- As matérias apreciadas compreenderam:
- **Relatório de Diligência e Verificação de Lastro:** apresentação e análise do relatório referente ao primeiro semestre de 2026, como instrumento de acompanhamento da regularidade e das condições dos investimentos.
- **Análise técnica de fundos de investimentos:** avaliação de 21 fundos vinculados às instituições Itaú, BTG Pactual, Bradesco, Banco do Brasil e Sicredi, considerando características dos produtos, desempenho, riscos e compatibilidade com as estratégias do Instituto.
- **Cenário macroeconômico:** apreciação das condições econômicas e financeiras de agosto de 2026, incluindo os riscos de volatilidade associados ao processo eleitoral brasileiro e seus possíveis reflexos sobre os mercados.
- **Acompanhamento da carteira de investimentos:** análise dos resultados de agosto, com patrimônio consolidado de aproximadamente **R$ 692,74 milhões**, incluindo rentabilidade, evolução patrimonial, composição, liquidez e enquadramento.
- **Resultados dos fundos de vértice:** apresentação dos resultados finais dos dois fundos vencidos, com rendimento conjunto informado de **R$ 22,18 milhões**, superior à meta atuarial considerada na avaliação.
- **Regularidade previdenciária:** acompanhamento do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP e das informações constantes do Extrato Previdenciário.
- **Fiscalização externa:** apreciação de informações relacionadas à auditoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP.
- Foram registradas **10 deliberações numeradas**, além da deliberação específica de continuidade do acompanhamento dos 21 fundos analisados.

- Após apreciação das informações técnicas, o Comitê decidiu **manter os fundos sob monitoramento, sem recomendar novas aplicações ou resgates naquele momento**, considerando a necessidade de acompanhamento das condições de mercado e dos riscos associados à volatilidade.

Cenário macroeconômico apresentado
Global. Economia dos EUA moderando, com 162 mil vagas criadas em agosto, desemprego de 4,1%, PCE de 3,7% e juros mantidos em 3,50%–3,75% a.a. Zona do Euro com PMI composto de 52,0 e inflação de 3,3%, pressionada pela energia. China com avanço do PMI industrial. Persistem os riscos geopolíticos (EUA–Irã, Estreito de Ormuz).

Brasil. PIB do 2º trimestre de +0,5% (1,1% no 1º), desocupação de 5,3% (103,3 milhões de ocupados), IPCA de −0,32% no mês (4,22% em 12 meses), Selic em 14,00% a.a., dívida bruta em 82,5% do PIB, investimento direto de US$ 7,5 bilhões em julho (US$ 88,4 bilhões em 12 meses), saída estrangeira de R$ 18,12 bilhões da bolsa (Ibovespa −0,33%) e dólar a R$ 5,18 (+2,22%).

Cenário eleitoral. O Comitê atribuiu atenção especial às eleições presidenciais de 2026, que podem ampliar a volatilidade de juros futuros, bolsa e câmbio; a conclusão foi evitar decisões precipitadas e manter postura prudente.

Resultado financeiro
Arrecadação orçamentária de R$ 28.116.462,86 no mês (R$ 80.288.458,03 no ano); despesas no ano de R$ 48.822.638,61 (despesa do mês calculada: R$ 5.770.950,64; a ata traz valor truncado); repasse da Unidade Gestora Única de R$ 171.580,67 (R$ 1.575.149,06 no ano). Superávit financeiro acumulado de R$ 33.040.968,48 no consolidado e R$ 31.465.819,42 considerando as receitas orçamentárias. Compensação previdenciária acumulada de R$ 11.969.299,38 (543% da previsão anual de R$ 2,205 milhões; +R$ 4,23 milhões no mês, calculado).

Carteira de investimentos
A carteira totalizou R$ 692.741.081,39 (+R$ 11,54 milhões sobre julho, dos quais R$ 7,35 milhões de rendimento e R$ 4,20 milhões de fluxo líquido, calculado). Com o vencimento dos vértices, os fundos CDI/DI passaram a 95,78% (R$ 663,48 mi); o fundo de vértice 2027 representa 1,81% (R$ 12,54 mi); renda variável 1,88% (R$ 13,06 mi) e exterior 0,53% (R$ 3,66 mi). Rentabilidade de 1,08% (meta 0,15%) e acumulada de 9,04% (meta 7,09%); retorno financeiro de R$ 7.345.307,90 e resultado acumulado de R$ 57.088.216,69, que confere com a soma dos retornos mensais.

Item	Informação (conforme a ata)
Instituições (% do patrimônio)	Caixa 31,83% · Banco do Brasil 23,92% · Bradesco 18,90% · Itaú 13,09% · Santander 10,42% · BTG Pactual 1,84%
Fundos	10 (9 com liquidez e 1 com carência)
Segmentos	Renda fixa R$ 676.023.237,53 (97,59%; calculado) · renda variável R$ 13.057.673,98 (1,88%) · exterior R$ 3.660.169,88 (0,53%)
Enquadramento	Art. 7º, I 65,60% · art. 7º, V 31,99% · art. 8º, I 1,88% · art. 9º, II 0,53%
Maior posição	BB RF Ref. DI Títulos Públicos – R$ 165.701.565,16 (23,92%)
Menor posição	Santander RF TP Ref. Premium – Taxa de Administração – R$ 3.077.604,79 (0,44%)
Liquidez	98,19% com resgate em até 30 dias
Fundos encerrados	Caixa Brasil 2026 Títulos Públicos e Bradesco FIF RF Estratégia XXVI RL
Movimentações	Caixa FI Brasil Títulos Públicos RF (R$ 45.628.076,29) e Bradesco FI Referenciado DI Premium (R$ 56.645.433,92)

Enquadramento e risco

Risco: VaR de 0,55% no mês e 1,91% em 12 meses; volatilidade de 0,10% e 0,65%; drawdown de 0,00% e 0,12%; Sharpe de −0,67 e −0,32; Treynor de −0,12 e −0,08. Os índices negativos mostram retorno abaixo do ativo livre de risco ajustado ao risco; o Comitê recomendou acompanhar a eficiência risco-retorno. A exposição a ações ficou novamente abaixo do piso de 2,00% (1,88%), e os dois desenquadramentos passivos de agosto (Caixa Small Caps e Itaú DI/Raízen) foram repetidos.

Diligência e lastro, análise de fundos e deliberações

O **Relatório de Diligência e Verificação de Lastro do 1° semestre de 2026** (IPMU/019/2026) foi apresentado como instrumento de governança e controle de risco: permite conhecer os ativos subjacentes aos fundos, concentrações por emissor e crédito privado. O Comitê determinou acompanhamento periódico com foco em crédito privado, concentração por emissor, liquidez e desenquadramentos.

Foram analisados **21 fundos**: Itaú (4), BTG Pactual (2), Bradesco (6), Banco do Brasil (4) e Sicredi (5), com estratégias de renda fixa, títulos públicos, crédito privado, ações, ESG e exterior. O Comitê decidiu manter o **acompanhamento sistemático** (desempenho, risco de mercado, crédito e concentração, liquidez, cenário macro e eleitoral, enquadramento e estratégia de alocação), sem recomendar aplicação, resgate ou realocação.

Vencimento dos fundos de vértice

O Comitê analisou os relatórios de desempenho e rentabilidade dos fundos de vértice 2026, elaborados pela Diretoria Financeira e pelo Gestor de Recursos. Caixa Brasil 2026 (aplicação de R$ 40,0 milhões em 19/04/2024): total recebido de R$ 50,44 milhões, rendimento de R$ 10,44 milhões, TIR acumulada de 27,76% (11,09% a.a.) contra meta de 23,78% (+3,98 p.p.). Bradesco Estratégia XXVI (aplicação de R$ 49,54 milhões em 19/08/2024): total recebido de R$ 61,28 milhões, rendimento de R$ 11,74 milhões, TIR acumulada de 24,84% (11,74% a.a.) contra meta de 19,86% (+4,98 p.p.). Rendimento consolidado: R$ 22,18 milhões. Ambos superaram a meta atuarial, mas ficaram abaixo de CDI, IMA-S e IRF-M 1, pois os juros efetivos superaram as expectativas da época da compra.

Análise técnica do Controle Interno

A reunião de 25/09/2026 destacou-se pela amplitude das matérias examinadas, pela diversidade dos processos administrativos e pela integração entre a gestão de investimentos, a conformidade previdenciária e os mecanismos de fiscalização institucional.

O acompanhamento da carteira referente a agosto de 2026 demonstrou patrimônio consolidado de aproximadamente R$ 692,74 milhões, com rentabilidade mensal de 1,08% e acumulada no exercício de 9,04%, superior à meta atuarial acumulada de 7,09%, representando desempenho positivo de 1,95 ponto percentual em relação ao objetivo estabelecido.

A apresentação dos resultados finais dos dois fundos de vértice evidenciou rendimento conjunto de R$ 22,18 milhões, com desempenho superior à meta atuarial utilizada como parâmetro de avaliação.

Sob a perspectiva do Controle Interno, esses resultados constituem indicadores favoráveis da estratégia adotada, sem afastar a necessidade de acompanhamento dos riscos, da adequação dos prazos de investimento e da sustentabilidade dos resultados ao longo do tempo.

A avaliação dos 21 fundos de investimentos demonstrou a continuidade do processo de prospecção e análise de alternativas de alocação, abrangendo diferentes instituições financeiras e características de produtos.

A decisão de manter os fundos em acompanhamento, sem recomendação imediata de aplicação ou resgate, revelou postura de cautela diante das condições de mercado, preservando a possibilidade de aprofundamento técnico antes de eventuais alterações na carteira.

Quanto ao cenário macroeconômico, a análise dos riscos associados ao processo eleitoral de 2026 destacou a importância de evitar decisões fundamentadas exclusivamente em oscilações conjunturais ou movimentos de curto prazo.

A apresentação do Relatório de Diligência e Verificação de Lastro do primeiro semestre também representa atividade relevante para a governança, ao contribuir para o acompanhamento documental e a avaliação dos riscos associados aos ativos integrantes da carteira.

Adicionalmente, a inclusão de matérias relativas ao CRP, ao Extrato Previdenciário e à auditoria do TCESP evidencia a preocupação com a integração entre a gestão dos investimentos e os mecanismos de regularidade, fiscalização e prestação de contas do RPPS.

Avaliação da governança e dos controles
A reunião apresentou aspectos positivos quanto à abrangência das análises e à continuidade do acompanhamento técnico dos investimentos.

Parecer do Controle Interno
Classificação: REGULAR QUANTO AO CONTEÚDO DAS ATIVIDADES EXAMINADAS.
A reunião de 25 de setembro de 2026 apresentou participação integral dos membros do Comitê de Investimentos e apreciação de matérias compatíveis com suas atribuições institucionais, destacando-se a análise de 21 fundos, o acompanhamento dos resultados da carteira, a avaliação dos fundos de vértice e o exame de instrumentos de fiscalização e regularidade previdenciária.
As deliberações registradas demonstram continuidade do acompanhamento técnico e adoção de postura prudencial diante das condições de mercado, sem recomendação de movimentações imediatas nos fundos analisados.
Conclui-se que a reunião contribuiu para o fortalecimento do acompanhamento dos investimentos e da governança previdenciária, sendo indispensável a adoção das providências corretivas recomendadas para assegurar a integridade documental, a transparência das deliberações e a confiabilidade dos registros institucionais do IPMU.

7- Relatório de Risco – Comitê de Investimentos – 3º Trimestre de 2026 (jun–ago)

Este relatório consolida os três relatórios mensais de risco do IPMU (junho, julho e agosto de 2026), cada um com três páginas: Risco de Mercado, Aderência aos Benchmarks e Aderência à Política de Investimentos. Os relatórios usam observações diárias, VaR paramétrico de 95% em 252 dias úteis e Sharpe com o CDI como ativo livre de risco.
O 3º trimestre vai de julho a setembro. Como o pedido foi analisar junho, julho e agosto, este documento cobre esses três meses; setembro não foi fornecido.

Risco de mercado da carteira

VaR e volatilidade recuaram de junho a agosto e o drawdown de 12 meses ficou estável, enquanto os indicadores de retorno ajustado ao risco permaneceram negativos. Em agosto, o VaR de 1,91% indica 95% de confiança de que a perda máxima de um dia para o outro não passe desse valor, considerando os últimos 12 meses.

Indicador	Jun/26	Jul/26	Ago/26
Rentabilidade no mês (%)	1,05	1,07	1,08
Rentabilidade 12M (%)	14,70	14,55	14,42
VaR 95% no mês (%)	0,59	0,58	0,55
VaR 95% 12M (%)	2,04	2,00	1,91
Volatilidade no mês (%)	0,13	0,13	0,10
Volatilidade 12M (%)	0,72	0,70	0,65
Drawdown no mês (%)	0,03	0,00	0,00
Drawdown 12M (%)	0,12	0,12	0,12
Treynor no mês	-0,34	-0,81	-0,12
Treynor 12M	-0,03	-0,06	-0,08
Sharpe no mês	-2,19	-3,83	-0,67
Sharpe 12M	-0,11	-0,23	-0,32

O Sharpe e o Treynor de 12 meses pioraram a cada mês: a carteira rendeu um pouco menos que o CDI e menos que o mercado, com risco cada vez menor. O Sharpe mensal piorou em julho (-3,83) e melhorou em agosto (-0,67), mas indicadores de um mês com volatilidade próxima de zero oscilam muito e devem ser lidos com cautela.

Risco por fundo

O risco relevante da carteira está em dois fundos que somam cerca de 2,4% do patrimônio: Small Caps (volatilidade 12M de 23,10% em agosto) e Multigestor Global (15,05%). Os demais têm volatilidade de 12 meses de no máximo 0,93%.

Fundo	Benchmark	Enquadr.	Rent. jun (%)	Rent. jul (%)	Rent. ago (%)	Vol. 12M ago (%)	Sharpe 12M ago
Caixa Brasil TP FI RF LP	CDI	7°, I	1,07	1,21	0,94	0,12	-1,52
BB TP FI RF Ref. DI	CDI	7°, I	1,11	1,21	1,10	0,02	-1,28
Santander Renda Fixa	CDI	7°, I	1,03	1,17	1,02	0,03	-2,22
BTG Pactual Tesouro Selic	CDI	7°, I	1,10	1,21	1,09	0,03	-5,21
Bradesco Premium FI RF Ref. DI	CDI	7°, V	1,14	1,26	0,82	0,04	2,33
Itaú Institucional FI RF	CDI	7°, V	1,13	1,24	1,10	0,05	0,14
Bradesco FI Financeiro RF Estratégia XXVI	IPCA	7°, I	1,15	0,87	0,68	0,63	0,47
Caixa Brasil Especial 2027 TP	IPCA	7°, I	0,64	1,19	1,43	0,93	0,08
Caixa Brasil 2026 X Títulos Públicos	IPCA	7°, I	1,15	0,86	0,63	0,64	n/d
Caixa Small Caps Ativo FI Ações	SMLL	8°, I	-1,66	-3,09	-1,64	23,10	-0,87
Caixa Multigestor Global	MSCI World	9°, II	1,89	-0,27	5,35	15,05	-0,58

Fundos CDI: VaR de 12 meses praticamente nulo. O Sharpe 12M negativo reflete retorno um pouco abaixo de 100% do CDI (98,8% a 99,8% nos fundos Caixa, BB, Santander e BTG). Bradesco Premium e Itaú ficaram em 100,0% a 100,7%.

Fundos IPCA: volatilidade de 12M entre 0,63% e 0,93% pela marcação a mercado de títulos públicos, ainda assim baixa. O Bradesco XXVI e o Caixa 2026 X tiveram saldo zerado em agosto.

Small Caps: retorno mensal negativo nos três meses e rentabilidade de 6 meses de -18,60% em agosto. O drawdown de 12M subiu de 15,40% (jun) para 18,02% (jul) e 19,36% (ago).

Multigestor Global: retorno volátil (+1,89%, -0,27% e +5,35% no mês) e drawdown de 12M em 10,48% nos três meses.

Aderência aos benchmarks

Os seis fundos atrelados ao CDI ficaram entre 98,6% e 100,7% do benchmark em 12 meses, e dois deles (Bradesco Premium e Itaú) chegaram a 100% ou mais em agosto. Os fundos de renda variável e global ficaram abaixo dos seus índices.

Fundo (benchmark CDI)	Saldo ago (R$ mi)	% do CDI 12M jun	% do CDI 12M jul	% do CDI 12M ago
BB TP FI RF Ref. DI	165,7	99,75	99,72	99,80
Caixa Brasil TP FI RF LP	191,3	98,64	98,70	98,79
Bradesco Premium FI RF Ref. DI	130,9	100,30	100,59	100,70
Itaú Institucional FI RF	90,7	99,65	99,84	100,04
Santander Renda Fixa	72,2	99,53	99,42	99,47
BTG Pactual Tesouro Selic	12,7	98,89	98,89	98,95

Fundos IPCA: a rentabilidade de 12 meses em agosto foi de 14,86% (Bradesco XXVI) e 14,64% (Caixa 2027), cerca de 3,5 vezes o IPCA acumulado do período. Razões sobre o IPCA mensal (de 397% a 1.706% em jun-jul e negativas em agosto, quando o IPCA do mês ficou negativo) não são informativas; a leitura correta é contra IPCA + taxa de juro da meta atuarial, que não consta dos relatórios.

Caixa Small Caps Ativo: rentabilidade de -5,53% em 3 meses, -18,60% em 6 meses e -5,41% em 12 meses (agosto). Como os retornos são negativos, as razões de 116,9% (3M) e 116,6% (6M) sobre o SMLL indicam perda maior que a do índice.

Caixa Multigestor Global: rentabilidade de 5,93% em 12 meses, equivalente a 31,3% do retorno do MSCI World no período, ou seja, muito inferior ao do índice. No mês de agosto o fundo rendeu 5,35%.

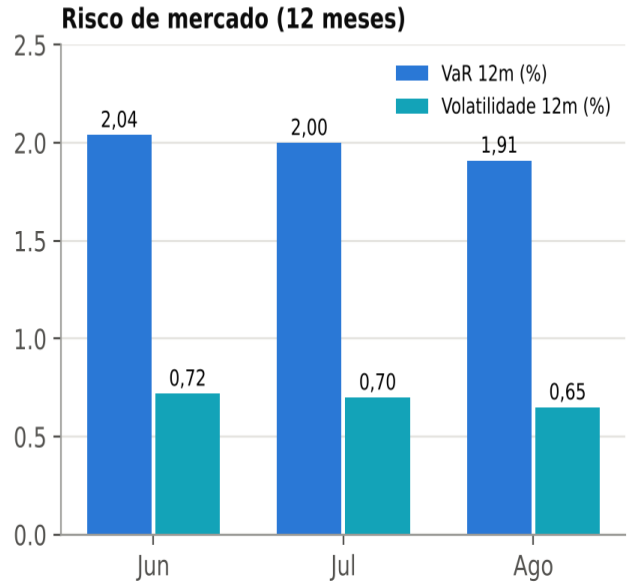
Enquadramento à Política de Investimentos e à Res. 5.272

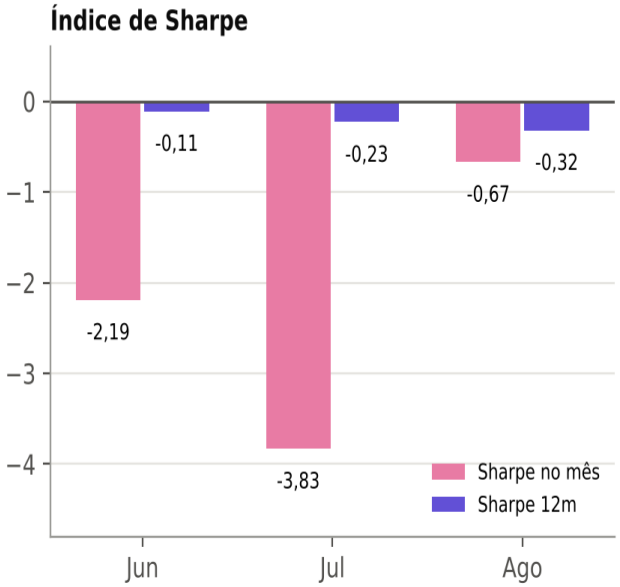
Nenhum segmento passou do limite superior da Política ou do limite da Res. 5.272 nos três meses, mas FI Ações ficou abaixo do limite inferior de 2,00% em julho e agosto. Os demais segmentos (títulos públicos diretos, crédito privado, BDR, multimercado, FII, entre outros) tiveram saldo zero nos três meses. Isso mantém a carteira distante da alocação alvo: títulos públicos diretos têm alvo de 20% e crédito privado de 2%; BDR (5%) e multimercado (1%) também não têm posição. Renda variável (8%) e exterior (4%) ficaram em torno de 1,9% e 0,5%.

O enquadramento por artigo informado nos relatórios é 7°, I (sete fundos, incluindo o Caixa 2026 X e o Bradesco XXVI até julho), 7°, V (Bradesco Premium e Itaú), 8°, I (Small Caps) e 9°, II (Multigestor Global).

Segmento	Limite inferior (%)	Alvo (%)	Limite superior (%)	Res. 5.272 (%)	Jun (%)	Jul (%)	Ago (%)
FI RF Referenciado 100% títulos TN	0,00	40,00	90,00	100,00	73,57	73,63	65,60
FI RF e ETF RF	0,00	20,00	50,00	80,00	23,88	23,92	31,99
FI Ações	2,00	8,00	20,00	40,00	2,03	**1,95**	**1,88**
Investimento no Exterior – Qualificado	0,00	4,00	10,00	10,00	0,52	0,51	0,53

Indicadores de risco da carteira





8. Demais processos tratados em julho, agosto e setembro – detalhamento

Além das análises de investimentos, as pautas do Comitê incluem processos administrativos, financeiros e de governança que formam a base documental da carteira. Eles são listados a seguir por categoria, com mês da reunião, número da pauta, número do processo e assunto. A coluna "Nº" refere-se à numeração impressa na pauta.

Execução orçamentária, financeira e compensação previdenciária (23 itens)

Acompanhamento mensal de taxa de administração, balancetes, boletim de caixa, folha de inativos x contribuições, relatório jurídico, benefícios concedidos, atendimento e compensação previdenciária. Servem de base para verificar a suficiência de caixa e o fluxo de aportes e resgates da carteira.

Mês	Processo	Assunto
Julho	IPMU/001/2026	Taxa de Administração – 06
Julho	IPMU/006/2026	Folha dos Inativos x Contribuições Previdenciárias – 06
Julho	IPMU/007/2026	Balancete da Receita – 06
Julho	IPMU/007/2026	Balancete da Despesa – 06
Julho	IPMU/007/2026	Boletim de Caixa – 06
Julho	IPMU/015/2026	Compensação Previdenciária – 06
Julho	IPMU/016/2026	Audesp Financeiro – 05
Agosto	IPMU/001/2026	Taxa de Administração – 07
Agosto	IPMU/006/2026	Folha dos Inativos x Contribuições Previdenciárias – 07
Agosto	IPMU/007/2026	Balancete da Receita – 07
Agosto	IPMU/007/2026	Balancete da Despesa – 07
Agosto	IPMU/007/2026	Boletim de Caixa – 07
Agosto	IPMU/015/2026	Compensação Previdenciária – 07
Agosto	IPMU/016/2026	Audesp Financeiro – 07
Setembro	IPMU/001/2026	Taxa de Administração – 08
Setembro	IPMU/001/2026	Taxa de Administração – 1º trimestre
Setembro	IPMU/001/2026	Taxa de Administração – 2º trimestre
Setembro	IPMU/006/2026	Folha dos Inativos x Contribuições Previdenciárias – 08
Setembro	IPMU/007/2026	Balancete da Receita – 08
Setembro	IPMU/007/2026	Balancete da Despesa – 08
Setembro	IPMU/007/2026	Boletim de Caixa – 08
Setembro	IPMU/015/2026	Compensação Previdenciária – 08
Setembro	IPMU/016/2026	Audesp Financeiro – 07

Demonstrativos e obrigações previdenciárias (16 itens)
Demonstrativos previdenciários (Prefeitura, Câmara e IPMU), DIPR, DAIR, segurados e prestação de contas. Comprovam o cumprimento das obrigações acessórias e o repasse das contribuições no prazo legal.

Mês	Processo	Assunto
Julho	IPMU/014/2026	Demonstrativo Previdenciário: 2º trimestre
Julho	IPMU/014/2026	Demonstrativo Financeiro – 05
Julho	IPMU/014/2026	Demonstrativo Financeiro – 06
Julho	IPMU/033/2026	Demonstrativo Previdenciário IPMU – 06
Julho	IPMU/033/2026	Demonstrativo Previdenciário Câmara – 06
Julho	IPMU/033/2026	Demonstrativo Previdenciário PMU – 06
Julho	IPMU/033/2026	Demonstrativo Previdenciário PMU – 05
Agosto	IPMU/014/2026	Demonstrativo Financeiro – 07
Agosto	IPMU/033/2026	Demonstrativo Previdenciário IPMU – 07
Agosto	IPMU/033/2026	Demonstrativo Previdenciário Câmara – 07
Agosto	IPMU/033/2026	Demonstrativo Previdenciário PMU – 07
Setembro	IPMU/014/2026	Demonstrativo Financeiro – 08
Setembro	IPMU/014/2026	Demonstrativo Previdenciário – maio/junho
Setembro	IPMU/033/2026	Demonstrativo Previdenciário Câmara – 08
Setembro	IPMU/033/2026	Demonstrativo Previdenciário PMU – 08
Setembro	IPMU/033/2026	Demonstrativo Previdenciário IPMU – 08

APR – Autorização de Aplicação e Resgate
As APRs formalizam cada aplicação ou resgate e são o principal registro de controle das movimentações da seção 2. Foram apreciadas as APRs mensais e as trimestrais.

Mês	Processo	Assunto
Julho	IPMU/018/2026	APR – 06
Julho	IPMU/018/2026	Controle Interno APR – 1º trimestre
Julho	IPMU/018/2026	Controle Interno APR – 2º trimestre
Agosto	IPMU/018/2026	APR – 07
Setembro	IPMU/018/2026	APR – Autorização de Aplicação e Resgate – 08
Agosto	IPMU/018/2026	APR – 08

Governança, regularidade e controle externo
Relatório de governança corporativa, Manual de compras de títulos públicos, CRP, regimentos, composição do Comitê e acompanhamento do TCESP.

Mês	Processo	Assunto
Julho	IPMU/123/2025	Manual de Compra de Títulos Públicos
Setembro	IPMU/105/2026	TCESP: Relatório de Auditoria do Balanço de 2025
Setembro	IPMU/120/2026	CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária 09/09/2026 – 08/03/2027
Setembro	IPMU/120/2026	Extrato Previdenciário – 09

Fatos relevantes registrados nas atas

- **Taxa de administração:** a ata de 29/09 dos Conselhos registra R$ 197.070,29 em agosto e R$ 516.373,35 no 1° trimestre; o valor do 2° trimestre aparece como "1251.882,43" (formato inconsistente, ver A-documental) e deve ser conferido.
- **Regularidade previdenciária:** CRP válido de 09/09/2026 a 08/03/2027 (pauta de 25/09, processo IPMU/120/2026).
- **Controle externo:** fiscalização do TCESP sobre o Balanço de 2025 (30 e 31/07) e Fiscalização Ordenada sobre acessibilidade, com live de resultados em 02/10/2026 (processo IPMU/105/2026).
- **Governança:** Manual de Compras de Títulos Públicos (IPMU/123/2025) e Relatório de Governança Corporativa do 1° semestre; pauta de composição do Comitê 2026–2030 (IPMU/100/2019) e indicação de representantes pelo novo Conselho.
- **Vencimento dos vértices 2026:** processos IPMU/049/2022 (Caixa) e IPMU/130/2024 (Bradesco), tratados na seção 2.3.

9. Quantidade de processos analisados – mensal e consolidado do trimestre

Foram apreciados **129 itens de pauta** no trimestre (**51** em julho, **27** em agosto e **51** em setembro), correspondentes a **16 processos IPMU distintos**. Em agosto a pauta foi mais enxuta porque concentrou-se em carteira, NTN-B, vencimento dos vértices e demonstrativos, sem repetir a bateria de análise de fundos, que voltou em julho e setembro.

Categoria	Julho	Agosto	Setembro	Trimestre
Execução Orçamentária, Financeira e Compensação	7	7	9	23
Carteira, Risco e ALM	9	9	9	27
Demonstrativos e Obrigações Previdenciárias	7	4	5	16
APR e Controle de Aplicações/Resgates	3	1	1	5
Análise de Fundos e Estudos Técnicos	24	4	22	50
Governança, Regularidade e Controle Externo	1	0	3	4
Vencimento de Fundos de Vértice	0	2	2	4
Total de itens de pauta	**51**	**27**	**51**	**129**

Indicador	Julho	Agosto	Setembro	Trimestre
Processos IPMU distintos	11	12	14	16
Deliberações numeradas na ata	16	15	10	41

Processos distintos por mês não somam o total do trimestre porque o mesmo processo é tratado em mais de uma reunião.

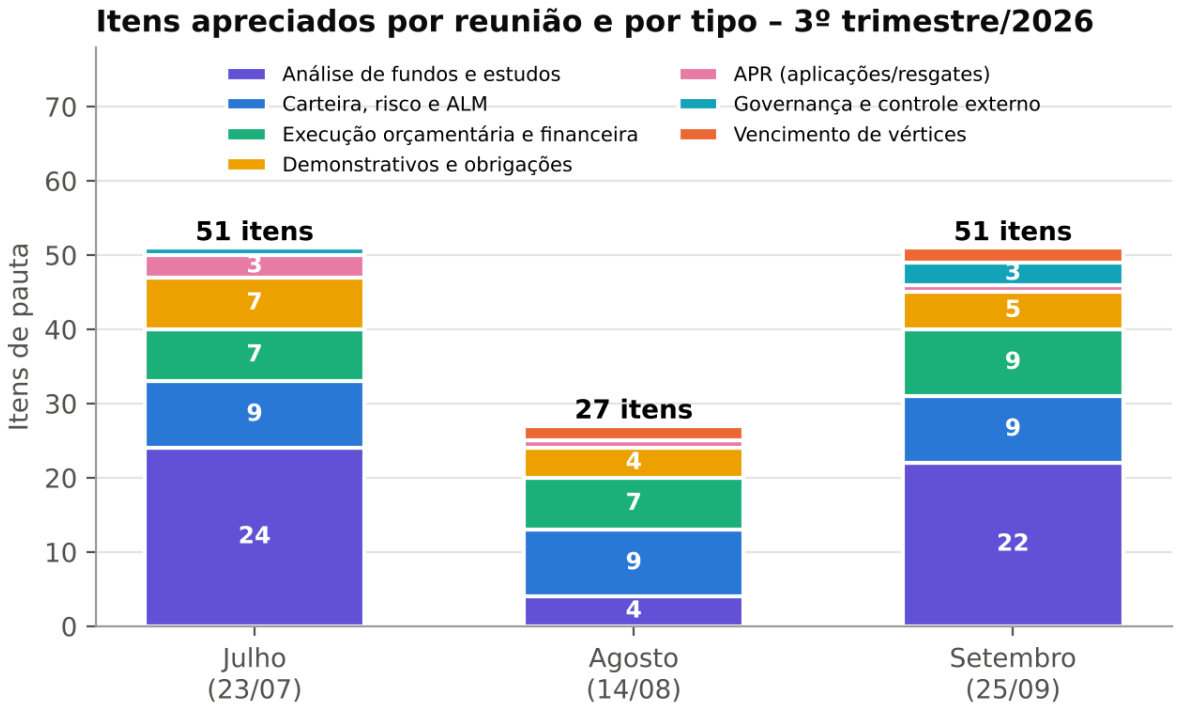


Figura 6 – Itens de pauta por mês e categoria.

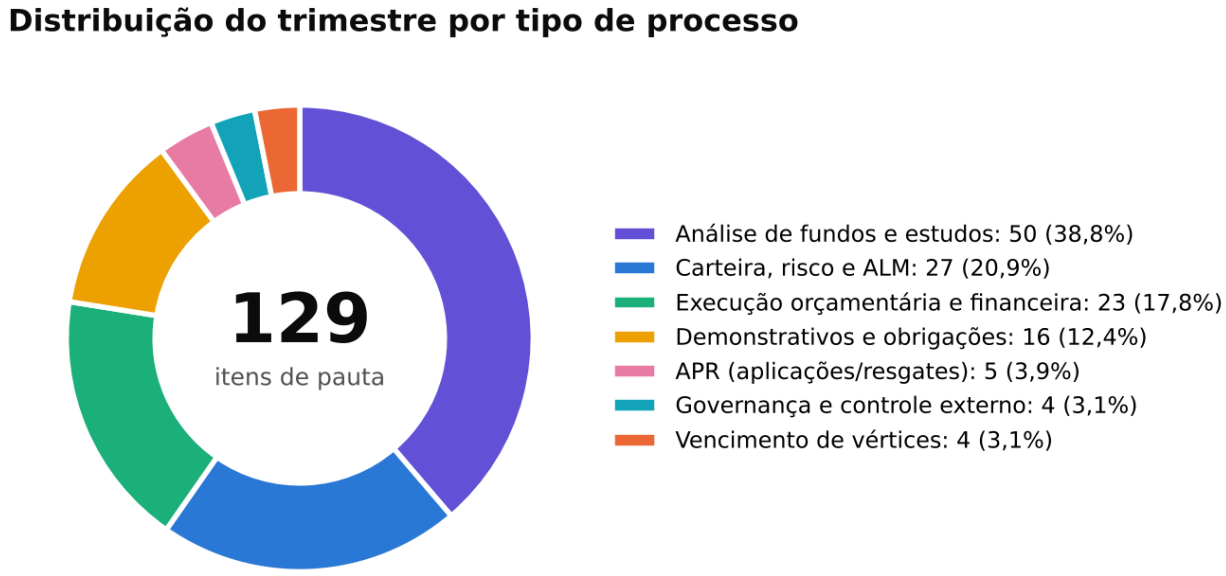


Figura 7 – Distribuição dos itens de pauta no trimestre por categoria.

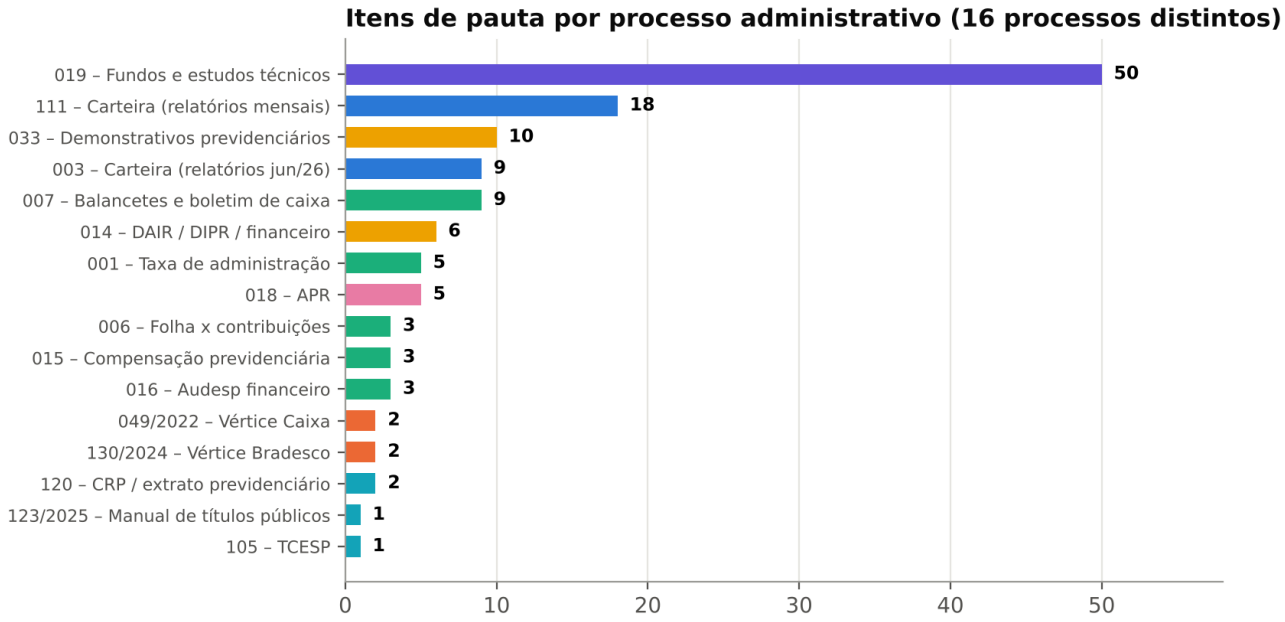


Figura 8 – Processos apreciados no trimestre.

Análise dos assuntos

Foco em investimentos: análise de fundos e carteira/risco somam 77 de 129 itens (59,7%), coerente com a competência do Comitê.

Rotina documental estável: a execução orçamentária/financeira e os demonstrativos previdenciários aparecem todos os meses, o que evidencia acompanhamento contínuo.

Eventos pontuais: o vencimento dos fundos de vértice (agosto) e as diligências/lastro (setembro) concentraram as decisões de maior impacto.

Análise de fundos sem aplicação: a maior parte dos fundos apresentados teve caráter informativo; o Comitê não registrou autorização de novas aplicações nas três atas, exceto a realocação dos vencimentos.

10. Fluxo de governança: do Comitê aos Conselhos

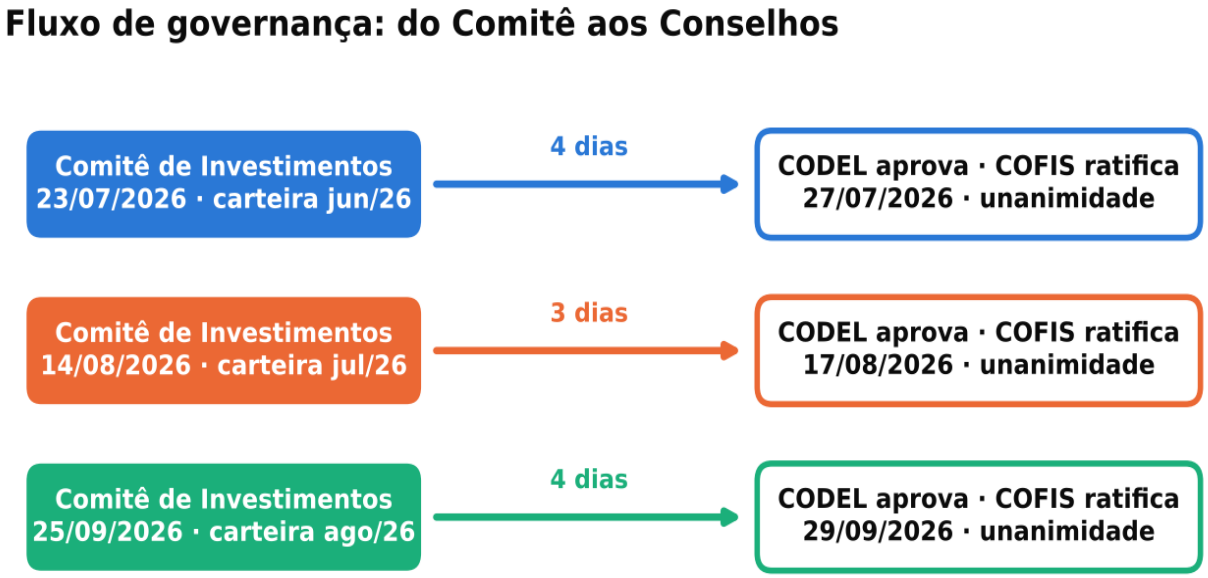


Figura 3 – Em cada mês, a carteira analisada pelo Comitê foi aprovada pelo Conselho Deliberativo e ratificada pelo Conselho Fiscal, por unanimidade, em até quatro dias. Fontes: atas dos Conselhos de 27/07, 17/08 e 29/09/2026.

As atas dos Conselhos registram que foram considerados, para fins de análise e decisão, os trabalhos do Comitê nas reuniões de 23/07 (processo IPMU/003/2026), 14/08 (processo IPMU/111/2026, conforme a publicação da reunião de 17/08) e 25/09. A pauta dos Conselhos de 29/09 relaciona a reunião do Comitê de 25/09 sob o processo IPMU/120/2026.

Em 29/09/2026, na instalação do mandato 2026-2030, os Conselhos indicaram os representantes no Comitê: **Marcelo da Cruz Lima** (conselheiros eleitos), **Lucas Gustavo Ferreira Castanho** (conselheiros indicados) e **Flávio Bellard Gomes** (movimentação financeira dos recursos, em conjunto com a Presidente e o Diretor Financeiro). Os três já integravam o Comitê, o que assegura continuidade.

Parecer consolidado sobre as reuniões

Critério	Avaliação	Fundamento
Regularidade das reuniões	Adequada	Uma reunião por mês, em local fixo, com pauta previamente organizada e ata correspondente.
Quórum	Pleno	5 de 5 membros em 100% das reuniões; Gestor de Recursos e Diretoria Administrativa presentes nas três.
Qualificação	Adequada	Certificações profissionais registradas para todos os signatários (a conferir o percentual exigido nos autos).
Decisões colegiadas	Sem divergência	41 deliberações numeradas, todas unânimes, fundamentadas nos relatórios da Consultoria LEMA, do Gestor e do Assessor.
Fluxo para os Conselhos	Cumprido	Aprovação do CODEL e ratificação do COFIS em 3 a 4 dias de cada reunião, também por unanimidade.
Parecer geral	**Regular**	Governança do Comitê efetiva.

11. Conclusão

A análise das pautas, atas, relatórios técnicos, demonstrativos financeiros e demais documentos relativos às atividades do **Comitê de Investimentos** do **Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU**, no **terceiro trimestre de 2026**, evidenciou a regularidade de seu funcionamento, a observância das atribuições institucionais e a atuação sistemática no acompanhamento, na avaliação e na proposição de estratégias relacionadas à gestão dos recursos previdenciários.

No período examinado, o Comitê realizou três reuniões ordinárias, em 23/07, 14/08 e 25/09/2026, com quórum integral de seus cinco membros, registrando deliberações unânimes sobre 41 itens e assegurando o encaminhamento tempestivo das decisões aos Conselhos Deliberativo e Fiscal, conforme os registros analisados. As matérias apreciadas demonstram a continuidade das atividades previstas no Plano de Ação 2026, contemplando o acompanhamento da carteira, a avaliação de riscos, a análise de produtos financeiros, o enquadramento normativo e o planejamento das estratégias de investimentos.

Sob a perspectiva financeira e patrimonial, os resultados demonstraram desempenho favorável da carteira de investimentos, cujo patrimônio evoluiu de R$ 673,91 milhões, em junho, para R$ 692,74 milhões, em agosto de 2026, representando crescimento nominal de aproximadamente R$ 18,84 milhões (+2,80%). A rentabilidade acumulada no exercício atingiu 9,04%, superando a meta atuarial de 7,09% em 1,95 ponto percentual, evidenciando resultado positivo em relação ao parâmetro de desempenho estabelecido para o período.

Os indicadores de risco também apresentaram evolução favorável, com redução do VaR em 12 meses, de 2,04% para 1,91%, e da volatilidade, de 0,72% para 0,65%. Paralelamente, a liquidez da carteira alcançou 98,19% dos recursos com possibilidade de resgate em até 30 dias, demonstrando elevada disponibilidade financeira para atendimento das necessidades operacionais e previdenciárias do Instituto.

Destaca-se, ainda, a atuação do Comitê na análise e destinação dos recursos provenientes do vencimento dos fundos de vértice em 2026, cujas deliberações foram formalizadas e fundamentadas em avaliações de mercado, liquidez e condições de reinvestimento. A utilização do Estudo de Gestão Integrada de Ativos e Passivos (ALM) como instrumento de apoio às discussões constitui prática relevante para o alinhamento das decisões de investimento às obrigações previdenciárias de longo prazo.

No âmbito da governança e dos controles, verificou-se a apresentação da diligência de lastro referente ao primeiro semestre de 2026, o acompanhamento dos indicadores de desempenho e risco e a apreciação das situações de enquadramento da carteira, em consonância com as atribuições do Comitê e com as diretrizes estabelecidas na Política Anual de Investimentos.

Quanto à execução do Plano de Ação 2026 (Processo IPMU/142/2025), constatou-se que as atividades previstas para o período foram desenvolvidas e encontram respaldo na documentação examinada.

Permanecem, contudo, deliberações relacionadas às estratégias de alocação estruturante em fase de implementação, recomendando-se o acompanhamento sistemático de sua execução, com definição de responsáveis, prazos e registros das providências adotadas.

Parecer Técnico do Controle Interno: PARECER FAVORÁVEL.

Considerando o conjunto documental examinado, a regularidade das reuniões, o quórum integral, a formalização das deliberações, o acompanhamento dos investimentos e os resultados financeiros apresentados, este Controle Interno manifesta parecer favorável quanto à atuação do **Comitê de Investimentos no terceiro trimestre de 2026**, no âmbito dos procedimentos e das evidências analisadas.

O parecer fundamenta-se, especialmente, na regularidade do funcionamento do colegiado, na execução das atividades previstas no Plano de Ação 2026, na tempestividade das deliberações relacionadas aos vencimentos dos fundos de vértice, na utilização de instrumentos técnicos de avaliação e no desempenho da carteira, que superou a meta atuarial acumulada do exercício.

Por fim, destaca-se que a manutenção de resultados financeiros favoráveis deve estar permanentemente associada à conformidade normativa, à gestão prudencial dos riscos, à adequada diversificação dos investimentos e à sustentabilidade atuarial do regime, de modo a assegurar que as decisões adotadas contribuam para a preservação do patrimônio previdenciário e para o cumprimento das obrigações presentes e futuras do IPMU.

Ubatuba, 23 de outubro de 2026.

_____

Lucas Gustavo Ferreira Castanho
Responsável pelo Controle Interno
Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU

De acordo

_____

Flávio Bellard Gomes
Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba

_____

Antônio Carlos Berti Gomes
Presidente do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba

Ciente

_____

Sirleide da Silva
Presidente do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba